

ODUTORES FIZERAM SUA PARTE.
ENTRE COM A SUA
MENDO MAIS FRUTAS

ALAVOURA

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

FUNDADA EM 1897

ANO LXXIV

junho, 1972

A COMERCIALIZAÇÃO



ESTE AINDA É O MELHOR FERTILIZANTE PARA O SOLO BRASILEIRO.

Através dele você consegue crédito rural. E compra mais adubos. Inseticidas. Fungicidas. Paga mais mão-de-obra. Constrói. Compra mais sementes selecionadas. Paga a colagem. Planta melhor. E colhe mais.

O Banco do Brasil tem o melhor fertilizante: dinheiro.

E mesmo que o seu problema não seja só rural, o Banco do Brasil resolve. Empréstimo pessoal. Empréstimo para a Indústria e o Comércio. Cheque de viagem.

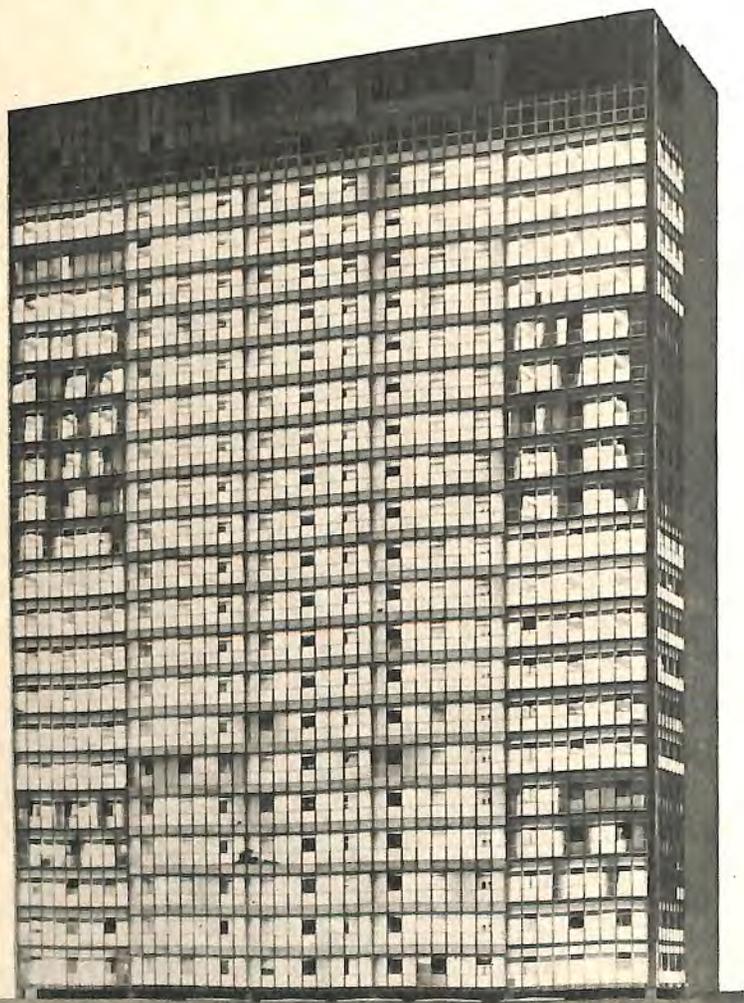
Cheque-ouro. Câmbio. Comércio externo.

São 800 agências no Brasil e 14 no Exterior.

Procure o Banco do Brasil. Fertilize o seu solo e simplifique sua vida.



BANCO DO BRASIL



Edifício-sede - Brasília

EDITORIAL

São muito promissoras as previsões das safras agrícolas do País de 1972. Salvo micro-regiões onde houve fenômenos meteorológicos imprevisíveis ou outras causas predatórias de efeitos locais, o aumento volumétrico das produções vem demonstrando que o agricultor confiou no Governo, e que as medidas para isso já tomadas resultaram efeitos satisfatórios. O Ministro da Agricultura, Prof. Dr. Cirne Lima, com bastante euforia tem anunciado a previsão de tais resultados. Por outro lado, tem-se anunciado ser pensamento do Governo promover o congelamento dos preços dos produtos indispensáveis à alimentação, objetivando conseguir uma redução maior da taxa inflacionária e um estacionamento da elevação do custo de vida.

Embora, em princípio, estejamos de acordo com medidas dessa natureza, alertamos, à guisa de colaboração, a atenção do Sr. Ministro da Agricultura, que, dificilmente, um congelamento de preços atingirá os resultados almejados se não abranger, também, os serviços de utilidade pública e os produtos manufaturados e industrializados. Por outro lado, tal providência no setor agropecuário só não será inócua a iníqua se precedida de um rigoroso inquérito da composição de preço de cada produto, desde a origem até o consumidor, a fim de caracterizar os pontos críticos e planejar amplos projetos de abastecimento, intercâmbio interno e exportação.

Em fazendo essas observações, é óbvio, que esta Sociedade Nacional da Agricultura, dentro de suas finalidades e desinteressadamente, se coloca à disposição do Sr. Ministro da Agricultura para prestar-lhe, por seus órgãos técnicos, sua colaboração.

ALAVOURA

Órgão oficial da Sociedade Nacional de Agricultura

A mais antiga revista agrícola do Brasil

Circula desde 1897

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores.

EXPEDIENTE

Redação e Administração:

AV. GENERAL JUSTO, 171 - 2.º and.
ZC-39 — GB.

CAIXA POSTAL: 1245 — RIO, GB
FONES: 242-2981, 242-7950 e 222-5446

Diretor-Responsável
CARLOS ARTHUR REPSOLD
Engenheiro-Agrônomo

COMISSÃO TÉCNICA
Rufino D'Almeida Guerra Filho
Luiz Guimarães Júnior
Charles F. Robbs
Jayme, Lins

COLABORADORES

Jacira Rocha de Araújo
Carlos Alberto Soares
Geraldo de Oliveira Lyra
José Marques Sarabanda
Marta Ramos de Brito

Serviços Editoriais
GUYMARA EDITORA LTDA.
Av. 13 de Maio, 23 — G/2.025
Fones: 252-4302 e 237-5717
Rio de Janeiro, GB

SUMÁRIO

- 2 — Paulo VI Exalta Cooperativismo
- 4 — Mosaico Cooperativista — R. D'Almeida Guerra Filho
- 6 — CEPLAC Inagura Novas Instalações
- 9 — "A Lavoura" no Gabinete do Ministro da Agricultura
- 10 — Enfim a Comercialização — Antônio de Barros e Carlos Arthur Repsold.
- 14 — I Plano Nacional de Desenvolvimento 1972-74 — Lei nº 5.727 de 4 de novembro de 1971
- 20 — Instalado o Conselho Nacional de Cooperativismo
- 20 — XII Conferência Regional da FAO para América Latina
- 21 — Frutíferas e Hortaliças Cultivadas. Capítulo III — Agrião, Aipim, Alface. — Prof. Charles F. Robbs
- 20 — Informação Rural tem Nova Diretoria
- 30 — Novo Conceito de Conservação da Natureza — R. Dasmann — In "Ambiente Propício à Vida Humana" — Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, 1971. Rio-GB.
- 32 — Câncer Humano tem Cura
- 34 — Notícias & Informações
- 45 — Cirne Lima, Estuda Safras com Secretários em São Paulo.
- 46 — Governo do Estado do Paraná Lança Plano de Desenvolvimento.

NOSSAS CAPAS:

Aspecto interno do Supermercado do Produtor no Largo do Humaitá (Guanabara), que dispõe de amplo estacionamento para descarga de produtos, bem como para estacionamento de automóveis dos que ali afluem para fazer compras. Embalagens de frutas estacionais — fator de motivação para compra de maiores quantidades.

Paulo VI



Paulo VI: — A iniciativa individual deve ser complementada com realizações comunitárias.

Foto de Evandro Teixeira — Ag. J.B.

A O receber, na Sala do Consistório, no Vaticano, os participantes da Conferência Mundial sobre o Papel das Cooperativas Agrícolas no Desenvolvimento Econômico e Social, levada a efeito em Roma, em fins de maio do corrente ano, sob os auspícios da FAO, o Papa Paulo VI manifestou **“a esperança de que um crescente senso de solidariedade venha a proporcionar um ímpeto sempre mais forte para o estabelecimento e reforço das cooperativas”**.

Expressou, igualmente, aos delegados das 40 nações — o Brasil inclusive, representado pelo Sr. Paulo de Oliveira Leitão, presidente do BNCC — que o visitaram, **“profundo interesse e admiração pela maneira notável como as cooperativas respondem às demandas básicas da “dignidade humana”**. O homem — sublinhou o Papa — **“é essencialmente social e seu desenvolvimento depende da sua cooperação e colaboração com os outros.”**

É com satisfação que recebemos os participantes da Conferência Mundial sobre o Papel das Cooperativas Agrícolas no Desenvolvimento Econômico e Social. Sabemos ser este o primeiro evento internacional desta natureza e temos o prazer de expressar-lhes nossa solidariedade. Esta visita nos dá, de fato, a oportunidade de manifestar a importância que atribuímos ao trabalho que realizam no sentido da promoção das cooperativas agrícolas.

Tal importância está baseada, principalmente, na maneira notável como estas cooperativas respondem às demandas básicas da dignidade humana. O Homem foi chamado a dominar ativamente os recursos do mundo; nós lembramos as sagradas palavras do Criador ao primeiro Homem e sua Mulher: **“Sede fecundos, multiplicai-vos, povoai a terra e conquistai-a.”** (Gen: 1:28.) É destino do Homem usar não somente sua força física mas também o

Exalta Cooperativismo

gênio de sua mente e a sua vontade para obter da terra tudo quanto necessita para viver humanamente. É parte da dignidade do Homem ser um participante ativo na vida social e econômica, e não um mero espectador. As cooperativas agrícolas permitem aos agricultores desempenhar uma parte ativa na tomada das decisões que afetam seu trabalho e suas vidas.

Mas é também parte da dignidade humana, de fato seu direito, juntar-se livremente a outros na formação de associações. O Homem é essencialmente social, e seu desenvolvimento depende da sua cooperação e colaboração com os outros. A iniciativa individual deve ser complementada com realizações comunitárias. As cooperativas agrícolas harmonizam-se com o direito e a necessidade do Homem de formar associações. É nossa esperança que um crescente senso de solidariedade venha a pro-

porcionar um ímpeto sempre mais forte para o estabelecimento e reforço das cooperativas. Nosso antecessor João XXIII, associou as cooperativas a esta consciência. Escreveu ele: "Os trabalhadores rurais deveriam ter um senso de solidariedade entre si, e deveriam unir-se para formar cooperativas e associações profissionais." (Mater et Magistra 35.)

Mas há ainda um outro fator que nos leva a atribuir grande importância à promoção das cooperativas agrícolas. Essas associações facilitam a modernização do equipamento e, desta forma, ajudam a aumentar a produtividade em benefício do Homem. Mediante o encorajamento do aumento e desenvolvimento das cooperativas agrícolas vocês estão permitindo aos agricultores beneficiarem-se daquilo que o progresso científico e técnico lhes pode oferecer. Desta maneira, eles podem prestar uma maior contribuição na solução do imenso

problema da fome que a tantos aflige. Para o benefício de todos, eles podem, assim, ajudar também a promover o crescimento econômico equilibrado e conseqüentemente, a justiça social.

Com estas palavras desejamos assegurar-lhes nosso profundo interesse em seus esforços. Os trabalhadores rurais devem desempenhar um papel cada vez mais vital no desenvolvimento sócio-econômico. Aqueles que fornecem alimento à Família merecem toda a assistência e apoio que lhes permitam viver e trabalhar, de acordo com as necessidades da dignidade humana. Desejamos, em conseqüência, encorajá-los na promoção das cooperativas agrícolas e na sua busca de uma solução para os problemas com elas relacionados. Para isto, imploramos a Deus lhes sejam concedidas infinitas graças de sabedoria e força."

(Transcrito do L'Osservatore Romano, de 26/V/72).

Mosaico Cooper

CONSELHO

Instalado em Brasília pelo ministro Cirne Lima — do qual é presidente — o novo Conselho Nacional de Cooperativismo, que já está funcionando no Distrito Federal, junto ao INCRA, como estabelece a Lei nº 5764.

O Secretário Executivo do CNC, Raul Annes di Prímio, diretor do Departamento de Desenvolvimento Rural do INCRA, foi empossado na ocasião, de acordo, ainda, com o que preceitua a referida Lei.

PRODESCOOP

Técnicos da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado do Rio concluíram estudos visando à implantação do Programa de Desenvolvimento do Cooperativismo — PRODESCOOP.

A propósito, o diretor do DAC fluminense declarou à imprensa que o referido Programa terá vigência provisória e mecanismo especial para custear e superintender os trabalhos de expansão e aperfeiçoamento do cooperativismo no Estado, cuja tradição remonta a mais de trinta anos.

ESTUDO

O DAC de São Paulo acaba de editar estudo de autoria do professor berlinense, J. F. Schar, intitulado "A Missão Econômica e Social das Cooperativas de Consumo", que poderá ser solicitado diretamente àquela dependência da Secretaria de Agricultura bandeirante.

SOJA

A exportação pioneira de 315 mil sacos de soja para a Suíça, foi comemorada entusiasticamente em Paranaguá (PR) pelos integrantes do "pool" de cooperativas agrícolas do oeste paranaense, responsável pela espetacular operação.

CUSTOS

A Federação das Cooperativas Triticolas do Sul — FECOTRIGO encaminhou ao ministro da Agricultura e aos demais membros do Conselho Monetário Nacional, estudo relativo ao custo (atualizado) da produção de trigo no País.

real para a safra que está começando e cuja colheita se iniciará no fim do ano.

A FECOTRIGO, que congrega cerca de 60 cooperativas de produtores, vem procurando, todos os anos, desenvolver trabalho criterioso na defesa dos interesses dos triticultores não só quanto à política de preços mas, também, no que diz respeito ao aumento da produtividade das lavouras.

O documento contém informações pormenorizadas, com vistas à fixação do preço oficial de compra do ce-

COMEMORAÇÃO

Comemorado, também, em todo o País, com ênfase especial em São Paulo e na Guanabara, outro grande acontecimento: o Dia Internacional do Cooperativismo.

Celebrado anualmente no primeiro sábado de julho, que este ano coincidiu ser o primeiro dia do mês, o Dia Internacional do Cooperativismo foi oficializado há cinquenta anos (1922), em Londres, pela Aliança Cooperativa Internacional, com o objetivo de demonstrar ao mundo a solidariedade dos cooperativistas e a eficácia de sua organização como meio de emancipação econômica e garantia da paz mundial. No Brasil a data só foi reconhecida oficialmente em 1942 e festejada pela primeira vez no ano seguinte.

Na Guanabara, coube ao Secretário Edmundo Campe-lo Costa congregar em torno de si o DAC, BNCC, INCRA e OCEG, numa bonita festa na Sociedade Nacional de Agricultura, em que foi orador Paulo de Aguiar Godoy.

En São Paulo, o próprio governador Laudo Natel e o vice Antonio Rodrigues Filho, que é o presidente da OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras, além do comandante do II Exército, general Humberto de Souza Mello, prestigiaram o acontecimento comparecendo à sede da Cooperativa dos Produtores Agrários de São Paulo, onde a comemoração teve o seu ponto culminante.

ANÁLISE

Quem é vivo sempre aparece, diz o adágio popular. E Valdiki Moura nos dá prova disso ao quebrar o silêncio a que se recolhera ultimamente, reaparecendo em grande estilo, ele que durante mais de trinta anos pontificou como divulgador-mor do cooperativismo no Brasil.

De sua autoria vem de ser publicado pela APEC Editora — a mesma dos cobras Roberto Campos, Octavio Gouvêa de Bulhões, Mário Henrique Simonsen e outros — um suplemento especial dedicado à nova lei do cooperativismo.

OCEPB

Marcada para o próximo dia 6 de julho, na agência do BNCC em João Pessoa, reunião para tratar da criação da Organização das Cooperativas do Estado da Pa-

raíba, convocada pelo Diretor do DAC e que deverá contar com a presença dos representantes de cinquenta cooperativas sediadas naquela unidade da Federação.

EXPORTAÇÃO

O governo de Pernambuco, acolhendo sugestão do BANDEPE e DAC estadual, está ultimando entendimentos com a CACEX visando à

exportação de polpa de goiaba, produzida pelas cooperativas de Triunfo e Alagoinha, que têm estocadas 14 mil latas do produto.



MARATONA

Foi a que empreendeu, em dimensão internacional, Paulo de Oliveira Leitão, presidente do BNCC — Banco Nacional de Crédito Cooperativo, representando o nosso País em dois grandes certames cooperativistas no final de maio e princípio de junho.

Mal chegado de Roma, após participar como delegado do Brasil à Conferência Mundial sobre o Papel das Cooperativas Agrícolas no Desenvolvimento Econômico e Social, seguiu diretamente para São Paulo onde teve atuação destacada no IV Seminário Interamericano de Bancos de Cooperativas.

Ressalte-se que indo a Roma ele não só viu como ouviu o Papa. Especialmente ouviu. E das palavras ditas na ocasião pelo próprio Paulo VI, trouxe a mensagem que *A Lavoura* publica neste numero com o destaque que merece.

Quanto ao congresso em si, informou que foram apresentados numerosos trabalhos enfatizando as responsabilidades das cooperativas agrícolas na solução de problemas mundiais críticos, como o êxodo rural, o uso inadequado dos recursos naturais, a má distribuição das rendas nacionais e a fome endêmica entre outros.

OCEG

Carlos Helvidio dos Reis, novo presidente da Organização das Cooperativas do Estado da Guanabara, já empossado no cargo. E como não brinca em serviço, arregaçou as mangas da camisa e começou a agir.

Dotado de elevado senso de responsabilidade, adquirido ao longo da carreira militar como professor da AMAN; possuidor de grande capacidade de trabalho e liderança, conforme acaba de comprovar no pleito em que se elegeu, ratificando o teste anterior quando sucedeu e

continuou a obra — que ajudou a criar do saudoso Veiga Soares na Confederação Brasileira das Cooperativas de Leite; idealista com os pés no chão, homem de empresa de visão larga, que o "faro" do Chico Piza descobriu, para ajudá-lo na grande obra que vem realizando à frente do Montepio Cooperativista, entregando-lhe a superintendência geral da entidade. Por tudo isso e muito mais, ninguém melhor nem mais credenciado do que Carlos Helvidio dos Reis para fazer da OCEG uma entidade verdadeiramente representativa e atuante.

OCB

A Organização das Cooperativas Brasileiras já está instalada em Brasília, no edifício Gilberto Salomão, 4º andar, conjunto 403/404, Setor Comercial 1, em cumprimento ao disposto na Lei nº 5764.

A comunicação é de Antonio Luiz Coelho, seu secretário executivo, que se encontra à disposição dos cooperativistas de todo o País, atendendo também pelo telefone 24-1526, naquele endereço.

Em apenas dez meses, a Cooperativa Agropecuária e Industrial da Baía Leiteira Alagoana, com sede no Município de Major Isidoro, elevou em 166% o seu capital social — de Cr\$ 9 mil para Cr\$ 24 mil — ampliando o setor de compras em comum e estabelecendo o de vendas (comercialização da produção dos cooperados).

Com estas providências essenciais, além de outras, o volume de operações da Cooperativa, que girava entre Cr\$ 500,00 e Cr\$ 1 000,00, cresceu para Cr\$ 60 mil

mensais, estimulando os associados, dando maior impulso à vida econômica da região e tornando mais entendido e respeitado o movimento cooperativista.

Esses resultados, porém — esclarece o extensionista Aluizio Ferreira, da ANCAR/AL — não se verificaram por acaso. Foram fruto de várias influências, planejadas e dirigidas para tal: uma diretoria coesa e decidida, assessoramento técnico permanente, e muita dedicação e sacrifício juntos.

BAHIA

A situação difícil que atravessa a maioria das cooperativas baianas, está sendo examinada por um grupo de técnicos do INCRA, ANCAR/BA, BNCC, BNB e Secretaria da Agricultura es-

tadual, estando em fase adiantada de elaboração projeto-piloto destinado à reorganização dos serviços de administração e contabilidade daquelas entidades.

LEITE

Segundo divulga o boletim Montecooper (ano 1 nº 2), as cooperativas de leite filiadas à Confederação Brasileira de Cooperativas Centrais, recebem anualmente dos seus associados cerca de 1 bilhão de litros do produto, destinados à venda "in natura" nos grandes centros consumidores e localidades interioranas.

Revela, ainda, que o sistema cooperativo é o maior responsável pela distribuição de leite, particularmente porque as empresas não cooperativas substituem essa atividade pela industrialização do produto, por ser mais lucrativa.

COMUNICAÇÃO

Muito bom o artigo publicado na revista "A Granja", de Porto Alegre, número de

junho, sobre a importância da comunicação no cooperativismo.

PROFISSÃO DE FÉ

Para terminar, façamos eco à profissão de fé do ministro da Agricultura, à sua determinação de que "seja nossa ordem permanente de trabalho doutrinar e catequizar a fim de que, aprimorando o cooperativismo, estejamos dando inesti-

mável contribuição à democracia, trazendo para dentro de cada um, diuturnamente, o processo de conscientização das responsabilidades coletivas e assim participando, todos, da obra nacional".

ABATE

Nos três primeiros meses deste ano a Cooperativa Serrana, sediada no Município de Tupanciretã, no Rio Grande do Sul, abateu 38.264 bovinos, contra os 22.292 abatidos em igual período do

ano passado, mantendo-se assim na liderança do setor, seguida da Cooperativa Santo Antonio, de Bagé, que registrou um abate de 21.055 reses.

ESTÁGIO

Para sanar as anomalias apontadas no tópico anterior, cujas origens se localizam em grande parte, no despreparo do homem para as funções executivas dentro da cooperativa, e para as quais é guindado na maior parte dos casos por razões de ordem sentimental, afetiva ou política, por outros homens igualmente ou mais despreparados do que ele, é que o INCRA resolveu agir.

Agora mesmo, através da sua coordenadoria regional do Nordeste, vai proporcionar estágio a 55 gerentes de cooperativas em empresas com melhor nível de funcionamento, recrutados nos Estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

INTEGRAÇÃO

Levantamento levado a efeito no ano passado pelo INCRA em mais de cinco mil cooperativas existentes no País, mostrou que apenas... 3.628 encontravam-se funcionando em condições normais, embora passíveis de revisão, o que vem ocorrendo.

Com base nesse e em outros dados pouco alentadores, técnicos do INCRA chegaram à conclusão de que somente através da fusão de cooperativas, será possível reduzir os custos operacionais à níveis econômicos,

compatíveis com o ritmo de concorrência; melhorar serviços; impedir liquidações e, em última análise, fortalecer o sistema, dentro do princípio da união de esforços, em que se assenta toda a doutrina cooperativista.

A proliferação desentreada no passado, de cooperativas sem o mínimo de condições — humanas, estruturais, técnicas e sócio-econômicas — para funcionar é, ao mesmo tempo, causa e efeito da situação caótica a que chegaram mais de duas mil delas.

ARMAZENS

Empréstimo da ordem de Cr\$ 1 milhão e cem mil cruzeiros foi concedido pelo BNCC à Cooperativa Agrícola Mista de Ponta Grossa (PR), para ser utilizado na construção e acabamento de um armazém misto com capacidade para 320 mil sacos de cereais, e na aquisição de maquinarias diversas.

Aliás, as agências do banco em Curitiba e Maringá, estão informando aos inte-

ressados que o BNCC já dispõe de uma linha especial de crédito destinada ao financiamento para aquisição de unidades armazenadoras da CIBRAZEM no Estado.

As propostas devem ser apresentadas ao BNCC, acompanhadas da respectiva avaliação da Cibrazem e do laudo de viabilidade técnico-econômica elaborado por especialista.

RIOSUL

Henrique Pongetti, o grande cronista do Rio, que o Brasil tanto admira, dando o seu recado glutônico, e tecendo loas ao seu salame preferido, o RIOSUL, bem assim à cooperativa que o manipula, a de Produção de Banha Santana, de Getúlio Vargas (RS), que o nosso amigo Omero Jacomazzi representa na Guanabara.

Para Pongetti, a força comercial da Santana reside na união estreita e lúcida de três mil associados, em sua maioria pequenos agricultores dedicados à criação de

suínos, sob a égide do lema cooperativista do todos por um, um por todos.

Pongetti diz que visitou a Cooperativa numa das suas peregrinações pela mais européia das nossas províncias, o Rio Grande do Sul, colhendo material para uma reportagem, constatando então que o espírito do cooperativismo muito colabora com a técnica utilizada pelos santanenses no preparo do salame dos seus sonhos. E arremata: desde 1935 aquela gente permanece unida, conjugando esforços para um mesmo objetivo.

OCESC

A Organização das Cooperativas de Santa Catarina informa em seu boletim de 29/5 que a Cooperativa Agropecuária de Tubarão produziu e comercializou em 1971, através dos seus associados, 40 mil sacos de arroz e que este ano a produção superou as estimativas, tendo a entidade recebido até a data do informe, 70 mil sacos do produto. Diz ainda o comunicado que a Cooperativa distribuiu aos seus associados retorno no

montante de Cr\$ 307 mil, em números redondos, proveniente da última safra.

Pelo mesmo boletim ficamos sabendo que a Cooperativa Agrícola de Guabiruba industrializou e comercializou no ano passado 2.797 t de mandioca em rama e 478 t de araruta, distribuindo aos seus associados Cr\$ 66.731,00 a título de retorno.

CEPLAC In





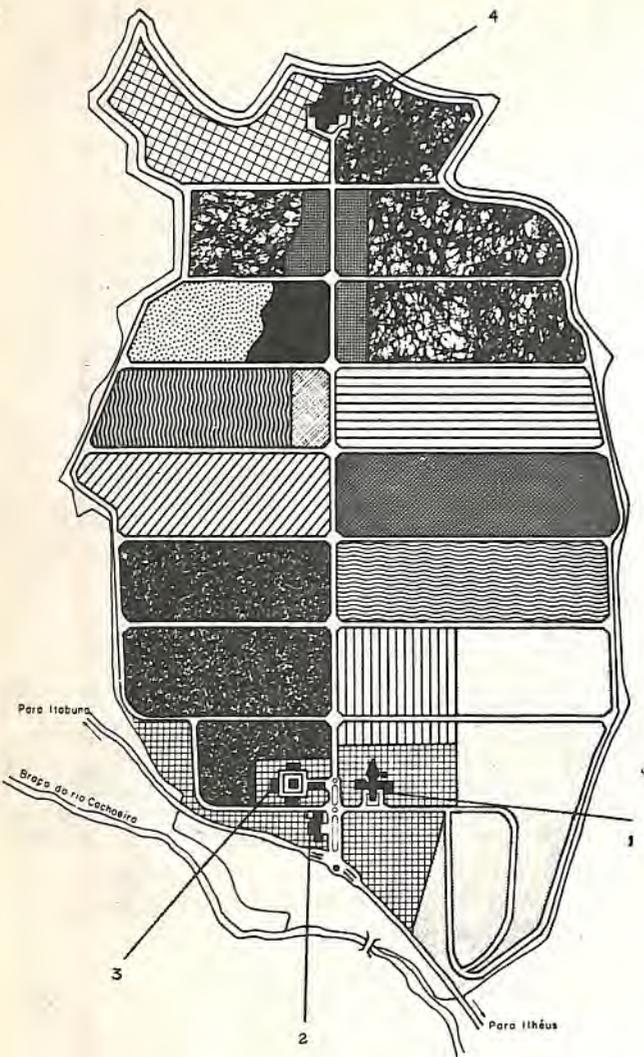
O cacau é o suporte econômico de extensa região de três milhões de hectares que abriga 80 municípios e onde vivem cerca de dois milhões de habitantes. A CEPLAC é o órgão encarregado de recuperar e desenvolver esta economia.

augura Novas Instalações

Em solenidade presidida pelo ministro Delfim Neto, da Fazenda, presentes o governador da Bahia e os presidentes do Banco Central e Banco do Brasil, srs. Ernane Galvêas e Nestor Jost, respectivamente, foi inaugurada dia 5 de junho, no km 26 da rodovia Ilhéus — Itabuna, a nova sede regional da CEPLAC — Comissão Executiva do Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacaueira, abrangendo uma área construída de 33.150 m², constituída de pousada, administração, setor de manutenção e redistribuição de materiais e o Centro de Pesquisas do Cacau (CEPEC), o maior e o mais avançado de todo o mundo.

A Sociedade Nacional de Agricultura esteve representada no ato pelo nosso companheiro Rufino D'Almeida Guerra Filho, diretor técnico da SNA, que integrou a comitiva oficial, que se deslocou ao Sul da Bahia, com aquela finalidade.





CONVENÇÕES DA PLANTA



1. ADMINISTRAÇÃO
2. HOSPEDARIA
3. OFICINAS E ARMAZENS
4. LABORATÓRIOS DO CEPEC

- GRANJA EXPERIMENTAL (Bovinicul-tura, Suinocultura, Avicultura, Apicultura, Cunicultura, Horti-cultura e Pomicultura)
- PARQUES E JARDINS
- PASTAGENS
- RESERVA BOTÂNICA
- EXPERIMENTOS DIVERSOS (Jardim Clonal)
- ECONOMIA (Fazenda Unitária)

- ÁREAS DE PRODUÇÃO COMERCIAL DO CACAU
- DIVERSIFICAÇÃO DE CULTIVOS
- ÁREAS DE RENOVAÇÃO
- FITOPATOLOGIA (Campos de provas fitopatogênicas)
- FISIOLOGIA VEGETAL (Ensaio diversos sobre Ecologia e Fisiologia do cacau)
- GENÉTICA (Ensaio de densidade e híbridos de cacau)
- DIVERSIFICAÇÃO DE CULTIVOS (Arroz, milho, feijão, mandioca, soja etc.)
- ENTOMOLOGIA (Campos de pesquisas entomológicas)
- GENÉTICA (Campos de produção de sementes híbridas de cacau)

CARACTERÍSTICAS

As novas instalações da CEPLAC foram projetadas por técnicos de renome nacional e dispõem de todos os requisitos modernos para o bom desempenho das atividades do órgão.

Toda a obra foi executada em concreto e tijolos aparentes, sendo a cobertura em argamassa armada, processo considerado pioneiro como estrutura espacial. A vantagem desse processo, cuidadosamente testado em laboratório, é a economia do volume de concreto usado na construção, equivalente a um terço do que é normalmente empregado.

Uma das características que coloca as obras da sede regional da CEPLAC entre as mais modernas do País é que toda ela é modulada, isto é, formada pela justaposição de módulos ou unidades isoladas, o que permite um fácil remanejamento do conjunto. As divisões internas dos edifícios são constituídas de painéis removíveis que podem ser trocados de lugar a depender da conveniência do trabalho e de cada setor.

URBANIZAÇÃO

Além dos quatro conjuntos de edifícios a sede regional da CEPLAC compõe-se de campos de experimentação científica e de produção de sementes, e da granja experimental, que realiza trabalhos demonstrativos sobre diversificação agropecuária.

Uma área de 26 hectares é destinada a urbanização, ocupada com gramados, jardins, parques, herbário e lago artificial. Esta área, com várias espécies de plantas ornamentais, constitui-se em ponto de atração turística da região.

Quinze anos após sua criação a CEPLAC passa a dispor de modernas instalações que englobam todos os seus setores de trabalho, agora em condições mais amplas para desenvolver sua programação, cujo objetivo final é a recuperação social e econômica da cacicultura brasileira.

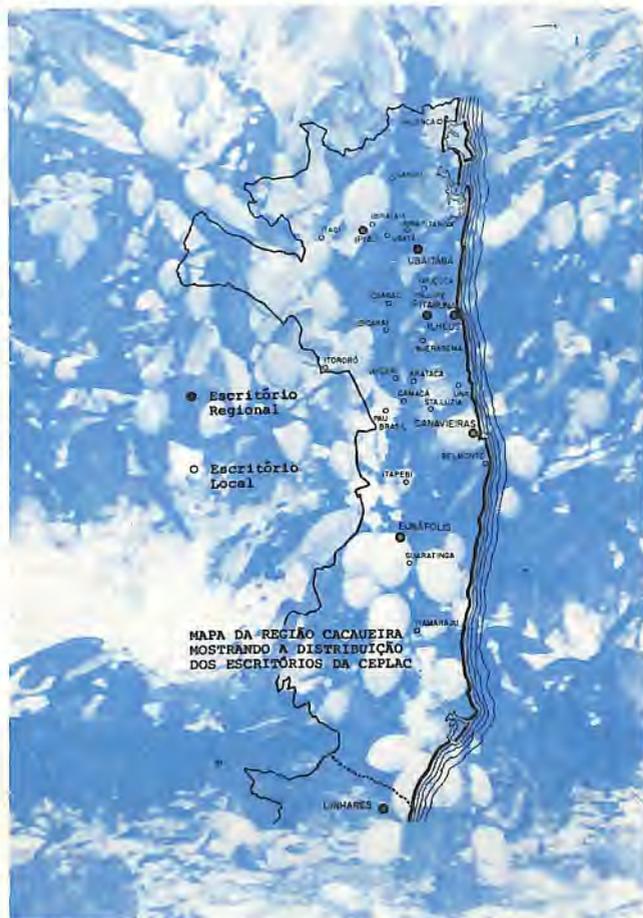
CENTRO DE PESQUISAS

O CEPEC — Centro de Pesquisas do Cacau é, segundo o Engenheiro-Agrônomo Paulo de Tarso Alvim, seu diretor, uma das maiores

e mais modernas entidades de pesquisa agrícola do mundo, contando com uma equipe de pesquisadores do mais alto nível técnico e científico, responsável por um sem-número de experimentos que, à proporção que têm sido postos em prática, vêm apresentando resultados altamente satisfatórios, com reflexos positivos na produtividade da cultura cacaujeira.

Atualmente com 80 técnicos, o CEPEC só é superado — sob este aspecto — apenas pelo Instituto de Pesquisas da Borracha, da Malásia, que conta em seus quadros com uma centena de profissionais. O Instituto de Pesquisas de Cacau de Gana, por exemplo, dispõe somente de 25 especialistas e o da Nigéria de 35 técnicos.

Também em recursos — financeiros e materiais — e volume de programas de pesquisa o CEPEC se sobressai no contexto internacional — diz o seu diretor, acrescentando que os estudos realizados pela instituição englobam os campos da botânica, genética, ento-



"A LAVOURA" NO GABINETE DO MINISTRO DA AGRICULTURA

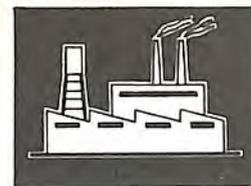
Chefe do Gabinete aprecia a colaboração



LEITOR ATENTO — O Chefe do Gabinete do Ministro da Agricultura, Sr. Henrique Octavio Velho Cirne Lima, ao receber o diretor desta revista, Eng.º Agr.º Carlos Arthur Repsold, manifestou sua satisfação pelo apoio que "A Lavoura" vem dando às atividades desenvolvidas pelo Ministério, em particular, e à agropecuária de modo geral, comentando favoravelmente a respeito das inovações gráficas introduzidas na nossa revista e sobre a qualidade das matérias que vimos divulgando, demonstrando assim tratar-se de leitor atento, disposto a colaborar, o que muito nos desvanece. Na foto, o Chefe do GM, com o exemplar de "A Lavoura" nas mãos, ouvindo explanação do nosso companheiro, Eng.º Agr.º Rufino D'Almeida Guerra Filho, a quem o Ministro havia, dias antes, telegrafado agradecendo o exemplar que lhe fora enviado a Brasília.

mologia, fitopatologia, fisiologia, climatologia, solos, tecnologia, engenharia agrícola, diversificação agropecuária e economia. Os trabalhos de experimentação científica não são apenas realizados em sua área sede mas, igualmente, nas estações experimentais da própria organização em Belmonte, Porto Seguro, São Sebastião do Passé, Itajuípe e Salvador, na Bahia, e Linhares, no Espírito Santo, bem assim em convênio com organismos governamentais em Juçari (BA), Itacoatiara (AM), Belém e Cameté (PA).

Por fim, destaca a importância da biblioteca do CEPEC, atualmente uma das maiores da América Latina e a maior e mais atualizada do Brasil em agricultura tropical.



Enfim, a Comercialização

1) Características da Agricultura e sua integração:

Agricultura nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento constituiu-se em problema dos mais difíceis pela predominância em tais áreas do caráter de atividade de subsistência. Assim, precisa e deve sofrer transformações estruturais, tendo como um dos pontos básicos a parte fundiária, ou seja a terra, e o outro, a comercialização.

No Brasil verifica-se que o tamanho médio das propriedades rurais tem tendências a diminuir constantemente e hoje já $\frac{3}{4}$ partes da produção agrícola advêm das unidades familiares, geralmente sem forma empresarial econômica.

A comercialização desses produtos in natura é sempre um processo um tanto complexo, devido às várias manipulações por que passam, sendo afetados pelos sistemáticos tratamentos, colheita, seleção, embalagem e

No Brasil uma nova fase de comercialização agropecuária está sendo iniciada com a criação dos MERCADOS DO PRODUTOR, o que será motivo de análise no próximo número.

transporte. Para os produtos de fácil deterioração existe ainda a preocupação de atingir de forma rápida o consumidor, o que nem sempre é possível, ocorrendo, então, perdas vultosas.

Uma das soluções para os países já referidos seria a da associação cooperativista porque faculta ao agricultor o uso de sementes certificadas, irrigação, fertilizantes, assistência

Este artigo será escrito por vários autores e deverá abordar múltiplos aspectos na comercialização agropecuária.



Mercado do Produtor no Largo do Humaitá uma experiência vitoriosa.

técnica, mecanização ou outro qualquer insu-
mo, que utilizado em conjunto, tem seus custos
bastante reduzidos. A produção, então, teria
condição de ser dirigida, passando, inclusive, a
ser utilizada como matéria para as indústrias
alimentícias, isto, além de satisfazer melhor a
demanda do consumo in natura.

Com a criação de indústrias de transfor-
mação dos produtos agrícolas ter-se-á produ-
ção em escala, o que com a continuidade, além
de satisfazer a solicitação do mercado interno
criando uma poupança de divisas e conse-
qüente alienação das importações, estimulará
a aplicação no país de capitais externos.

Com a ampliação dessa implantação será
criada a oportunidade para a indústria de
transformação se consolidar, podendo mes-
mo, tentar atingir o mercado internacional
desde que, seja elaborada uma estratégia
comercial.

Ao se tentar uma modificação da comer-
cialização o primeiro entrave com que se de-
para é o do transporte. Insuficiente, caro, com

carência de estradas, torna difícil o desloca-
mento dos produtos agrícolas da sua origem
até o mercado consumidor. Por outro lado o
armazenamento, que também tem grande im-
portância na comercialização, por motivo do
pequeno número de armazéns e do seu tempo
ocioso, se torna impraticável para alguns pro-
dutos. A solução seria a da programação an-
teecipada para a temporada. Isto, no entanto,
requer informações precisas que orientem o
agricultor.

É de se observar que no planejamento da
criação de um armazém têm que ser levados
em consideração as condições do produto.

Assim sendo, para maior aproveitamento
dos produtos, ter-se-á que orientar o lavrador
quando, como e quanto produzir.

Com relação ao consumo, é de se obser-
var que a presença de parte dos produtos agri-
colas é relativamente irregular. Um dos gran-
des problemas que até hoje ainda não teve
solução, apenas melhoria lenta, é o do preço,
que é instável de um período para outro ou

de uma para outra safra e de uma região para outra, obrigando os governos a um trabalho de difícil ajuste.

O processo de adaptação do abastecimento à demanda é lento e difícil.

Com relação à oferta, os fatores que podem influenciar mais diretamente, são:

- a) flutuação dos preços dos principais fatores ou insumos (custos de produção);
- b) variação dos preços dos produtos que podem ser alternadamente obtidos;
- c) aumento ou decréscimo de produtividade (safra);
- d) inovações tecnológicas.

Com relação à demanda podemos citar os seguintes fatores:

- a) variação populacional;
- b) variação de renda média por habitante;
- c) variação de distribuição da renda;
- d) variação das preferências;
- e) variação dos preços dos produtos substitutos ou complementares.

É do confronto das variações entre oferta e demanda que se pode estabelecer os parâmetros reais da comercialização.

Com a diminuição do número de intermediários consegue-se uma operação mais barata e racional, propiciando como resultante direta a chamada integração, ou seja, o declínio de importâncias dos mercados intermediários e o desenvolvimento de um esquema de trabalho por contrato para o cultivo ou produção.

RAÇÕES BALANCEADAS IRMOSAL

IRMOSAL-Bovino N.º 1
Ração balanceada para
manutenção de bovinos

IRMOSAL-Bovino N.º 2
Ração balanceada para
vacas leiteiras até 10 litros-dia

IRMOSAL-Suíno N.º 2
Ração balanceada para
crescimento e engorda de suínos

IRMOSAL-Bovino Popular
manutenção de bovinos

IRMOSAL-Suíno Popular
manutenção de suínos

“IRMOSAL” - Indústria de Ração e Moagem de Sal S. A.

Av. Brasil, 12.698 - Rua Um, 66/66 - A - Mercado São Sebastião
Telefones 260-5561 e 260-5580 - Seção de Vendas 260-5560 - Escritório - Rio de Janeiro, GB.

Caminhão — esse fator decisivo da comercialização — hoje já sem intermediários. Os Supermercados são o símbolo da sua ação benéfica, simultaneamente para produtores e consumidores.



A exigência da melhor qualidade do produto, por parte do consumidor, vem forçando o aperfeiçoamento dos canais de distribuição que sempre tiveram nos mercados e nos intermediários o seu ponto de estrangulamento.

O grande número de intermediários e a sua desmedida ganância reduzem o lucro do produtor a uma cota quase nula.

Assim é que, até hoje, a comercialização tolhe todos os esforços dos produtores com vistas a um resultado maior e mais compensador.

A melhoria das informações através de novos meios de comunicação, vem propiciando ao agricultor uma visão mais ampla e clara dos lucros que são obtidos após a saída do produto de suas mãos, até a chegada ao consumidor.

Foi assim que ao invés de entregarem seus produtos aos mercados mais próximos, passaram a utilizar o transporte rodoviário, que com a melhoria das estradas transformou-se no mais utilizado. Este uso criou toda uma nova estrutura de embalagem com lotes menores,

mais homogêneos e melhoria sensível na qualidade dos produtos.

A maior eficiência da comercialização forçou a uma diminuição da variação estacional o que pode ser explicado pela maior capacidade de armazenagem, de frigorificação e na garantia de preço-mínimo.

Atualmente os supermercados e firmas comerciais especializadas, passaram a firmar com os agricultores grande número de contratos de produção.

Essas organizações, ao aplicarem vultosos capitais neste tipo de contrato de financiamento, exigem maior segurança para seus investimentos, provocando assim, uma modernização nos métodos de produção.

Hoje é quase obrigatório o acompanhamento técnico da lavoura, com as análises de solos, adubação e correção, uso de boas sementes, tratamentos fitossanitários etc., existindo já, no presente, no grandes centros de consumo uma conscientização de preferência pelos melhores produtos, preços regulares e farta presença.

DENTRE OS PRINCIPAIS OBJETIVOS desta revista, está aquele de dar conhecimento ao maior número possível de ruralistas, das resoluções que sejam do seu imediato interesse. Por essa razão publicamos, em dois números sucessivos, a Lei n.º 5727 que dispõe sobre o **Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)**, para o período de 1972 a 1974 e, bem assim, excertos das partes do plano relacionadas com as atividades agropecuárias do País.

Nossa atuação, é claro, não se restringirá a divulgação do plano; ela abrangerá também a análise serena e patriótica dos problemas que surgirem com a sua execução. Alertaremos os poderes públicos para eventuais efeitos menos positivos, indicando causas e apresentando sugestões.

(CONCLUSÃO DO NÚMERO ANTERIOR)

● ao aumento da exportação de **produtos agrícolas não tradicionais, in natura ou industrializados**, para criar, com a de minério, nova categoria de exportação que, nos próximos cinco anos, alcance, pelo seu volume, o dos produtos manufaturados e do café.

A política de desenvolvimento agrícola se fundará, essencialmente:

1) No sistema, já montado, de **incentivos fiscais e financeiros** ao aumento da produção, ao investimento,

à transformação tecnológica no setor agrícola.

2) Na disseminação do uso de **insumos modernos**, de forma diversificada para o Centro-Sul e Nordeste, atentos os seus efeitos sobre a absorção da mão-de-obra.

3) No programa, já em curso, de **pesquisa agrícola em grande dimensão**, a fim de obter, para os produtos básicos do Centro-Sul e do Nordeste, os resultados alcançados, por exemplo, no caso do trigo.

PROTERRA, repete a limitação regional, a curto e médio prazos, do processo econômico brasileiro.

Rompem-se dois tabus, na política econômica brasileira: o de ser impossível tirar proveito, racionalmente, da dimensão continental do País, encerrada, outrora, como verdadeiro ônus; e o de constituir a alta densidade populacional de certas áreas da zona rural do Nordeste, elemento não suscetível de modificação, para efeito de melhor combinar os fatores produtivos nacionais.

Para se tornar compatível com a consolidação do desenvolvimento do Centro-Sul e com o crescimento nacional, deve a expansão da fronteira econômica:

1) Efetivar-se pela utilização, principalmente, dos fatores de produção relativamente abundantes: a mão-de-obra, a terra e os recursos naturais, ao lado dos incentivos fiscais já existentes, sem desvio maciço do fator capital, do Centro-Sul para essas regiões.

2) Realizar-se com prioridades definidas, por meio de programas de baixo custo de capital, em áreas delimitadas, para produtos de certo valor econômico e com recursos previstos.

Ao lado das políticas relativas ao Nordeste e Norte, e das medidas em relação ao Centro-Oeste, a Política de Integração Nacional criará a Região Geo-Econômica de Brasília, integrando-a no processo de crescimento do Planalto Central e permitindo a sua articulação com as demais macro-regiões do País. Isso se fará, inclusive, pela complementação das rodovias radiais de Brasília — de interligação com as regiões do Programa de Integração Nacional (PIN).

INTEGRAÇÃO NACIONAL E TRANSFORMAÇÃO DA AGRICULTURA TRADICIONAL. ESTRATÉGIA E GRANDE ESPAÇO ECONÔMICO

A estratégia de desenvolvimento regional consistirá, especialmente, na política de **integração nacional**, em sentido amplo.

A integração nacional, com significado primordialmente econômico-social, destina-se do ponto de vista da demanda, a criar mercado interno, capaz de manter crescimento acelerado e auto-sustentável, e, do ponto de vista da produção, a permitir a progressiva descentralização econômica. Isso se fará pelo estabelecimento de pólos regionais no Sul e no Nordeste, de sentido integrado agrícola-industrial, assim como no Planalto Central e na Amazônia, notadamente agrícola-mineral, complementando-se dessa forma o grande pólo do núcleo São Paulo-Rio-Belo Horizonte.

Além da integração de sentido Norte-Sul, entre áreas menos desenvolvidas e mais desenvolvidas, reali-

zar-se-á a integração de sentido Leste-Oeste, principalmente para permitir a associação destes fatores, relativamente abundantes nas duas áreas: no Nordeste, mão-de-obra não qualificada, e na Amazônia-Planalto Central, terra e outros recursos naturais. Isso implica reorientação dos fluxos migratórios, a fim de evitar que se dirijam para os núcleos urbanos do Centro-Sul.

A política de integração, que visa, particularmente, desenvolver o Nordeste e ocupar a Amazônia, sem prejuízo do crescimento do Centro-Sul, se exercerá:

1) No Nordeste e Amazônia, por intermédio dos incentivos fiscais regionais, que lhe são privativos, reformulados pelos Decretos-leis n.ºs 1.106/70 e 1.179/71.

A Política de Integração Nacional, em cujo âmbito se situam o PIN e o

(PND) I PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

1972-74

LEI N.º 5.727 DE 4 DE NOVEMBRO DE 1971

ESTRATÉGIAS REGIONAIS

O Programa de Integração Nacional (PIN) e o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulos à Agroindústria do Norte e do Nordeste (PRO-TERRA) complementam a **estratégia de desenvolvimento do Nordeste**, relativamente à experiência da década de 60, destinada a garantir o crescimento da economia regional acima de 8% ao ano (numa faixa, considerada viável, entre 8 e 11% ao ano), com base nas seguintes áreas:

I — No fortalecimento do processo de industrialização já iniciado, com apoio, principalmente, nos 50% remanescentes dos incentivos fiscais.

II — Na transformação da economia rural, pela aceleração do crescimento agrícola, para sustentar o processo industrial, e transformar em economia de mercado a agricultura de subsistência na região, notadamente na faixa semi-árida.

Permitirá essa transformação que a zona rural do Nordeste retenha o maior contingente possível de população, em níveis de produtividade aceitáveis, uma vez que a indústria, geradora de renda urbana e modificadora dos demais setores, não solucionará, por si só, o problema do emprego. Com o ritmo atual de migrações, agravar-se-á o subemprego urbano, pois, na década de 60, a população urbana cresceu a 6% ao ano, enquanto o emprego industrial aumentou de apenas 1 a 2%, anualmente.

No desenvolvimento agrícola do Nordeste, será importante a adaptação das atividades a promover às condi-

ções ecológicas, sobretudo da zona semi-árida.

A fim de tornar a agricultura da região mais resistente aos efeitos das secas, dar-se-á atenção a medidas tendentes à construção de açudes, exploração da água de subsolo, construção de barragens, reflorestamento e obras de engenharia rural.

III — Na integração do Nordeste com a Amazônia e o Planalto Central, estabelecendo o sistema de vasos comunicantes que permitirá a reorientação dos fluxos de excedentes de mão-de-obra do Nordeste, com seu encaminhamento para aquelas regiões, em programas definidos, com recursos já existentes, e lhes assegurando níveis de produtividade satisfatórios. Principalmente para a zona semi-árida — de base física pobre, que corresponde a mais de 50% da área do Nordeste e a mais de 40% da sua população —, criar-se-á alternativa para os contingentes populacionais inabsorvíveis na economia rural da região, ou sem oportunidade nos programas de colonização e irrigação a serem implantados nos vales úmidos do próprio Nordeste: São Francisco, Parnaíba etc.

A estratégia para a Amazônia, que é a de integrar para desenvolver, assentará em duas linhas mestras, complementares e interdependentes:

I — Integração física, econômica e cultural na comunidade brasileira: de um lado, com o Nordeste, no sentido Leste-Oeste; e, de outro, com o Planalto Central e, através deste, com o Centro-Sul, no sentido Norte-Sul.

II — Ocupação econômica e desenvolvimento, para tirar proveito da expansão da fronteira econômica, para observar excedentes populacionais de outras áreas e elevar o nível de renda e bem-estar da região.

A integração se realizará, principalmente: — com a construção da **Transamazônica, da Cuiabá-Santarém** e de outras rodovias de articulação com as demais regiões; — com uma rede de aeroportos de função estratégica, notadamente o **aeroporto internacional de Manaus**; — com medidas para integrar bacias fluviais da região com bacias do Centro-Sul; — com a instalação, já quase ultimada, de **dois sistemas de telecomunicações entre a Amazônia e o resto do País**; — com a **cobertura da Amazônia por meio da radiodifusão**; — e, ainda, com a nova infra-estrutura das Forças Armadas na região.

A ocupação econômica e o processo de crescimento serão efetivados mediante:

1) **Bases da ocupação por meio de:**

● **Expansão do contingente populacional da região**, de forma programada e em áreas prioritárias.

● **Construção da infra-estrutura econômica interna da região**: rede rodoviária básica; reaparelhamento dos portos de Belém, Manaus e Santarém; desenvolvimento da navegação fluvial; programa de energia.

● **Criação de um suporte de Educação, Saúde e assistência** que viabilize radicar as populações.

● **Programa RADAM (Radar para a Amazônia)**, de levantamento aerofotogramétrico.

2) **Processo de crescimento**, com base, particularmente, nos incentivos

fiscais e isenções a cargo da SUDAM e da SUFRAMA, nas seguintes linhas:

● Seleção de pólos de desenvolvimento e de integração (áreas prioritárias e zonas de fronteiras), realizando prioridades regionais, para concentração de aplicações.

● Definição de prioridades setoriais, para concentrar aplicações em setores dinâmicos prioritários, e para atividades de exportação; — indus-

trialização, com ênfase nos pólos de Belém e Manaus, principalmente de produtos da região ou tirando proveito das isenções da Zona Franca; — fortalecimento e racionalização da economia dos produtos básicos da região; — exportação de madeiras; — mineração; — programa de pecuária em áreas selecionadas.

● Programas de colonização, notadamente para a região da Transamazônica.

PIN E PROTERRA

O Programa de Integração Nacional (PIN) compreende, principalmente:

1) A construção da Transamazônica, grande eixo transversal no sentido Leste-Oeste, para interligação da Amazônia com o Nordeste; e da Cuiabá-Santarém (BR-165), eixo longitudinal no sentido Norte-Sul, para conexão com o Planalto Central e o Centro-Sul do País, assim como para sua articulação, por outro lado, com o sistema rodoviário interamericano.

2) A implementação do Programa de Colonização na região da Transamazônica. Em associação com a iniciativa privada, serão instalados núcleos com: escola primária, posto de saúde, igreja, escritório do Banco do Brasil, posto de comunicações e posto do Ministério da Agricultura.

3) O levantamento sistemático, por meio do Projeto RADAM, de toda a faixa territorial de influência do Programa, para obter mapas e cartas temáticas de sua topografia, cobertura vegetal, geologia e geo-morfologia, natureza e potencial dos solos, drenagem de superfície etc. (Cobertura aerofotogramétrica de 2.000.000 de km²).

4) O Plano de Irrigação do Nordeste, destinado ao aproveitamento de vales úmidos e à elevação de produtividade da faixa semi-árida, para irrigar 40.000 ha, no período 1971/1974.

5) A implantação de Corredores de Transporte, no Nordeste, para criar a infra-estrutura, altamente especializada, de transporte, que permita, inclusive, a exportação, em larga escala, de produtos agrícolas e manufaturados.

O PROTERRA compreende as seguintes principais áreas de atuação:

1) Apoio ao pequeno produtor, principalmente ao desprovido de terra e ao proprietário de minifúndio.

Esse apoio assumirá, de um lado, a forma de redistribuição de terra, para fornecer ao **pequeno produtor gleba com dimensão econômica aceitável**, nas áreas em que se faça mister racionalizar a estrutura da propriedade. Sem prejuízo de outras medidas, já existentes, o Governo desapropriará terras, inclusive mediante justa e prévia indenização em dinheiro, e venderá as terras desapropriadas, principalmente, a **pequenos produtores**, por meio de crédito fundiário a longo prazo. De outro lado, prestará **assistência creditícia, técnica e social**.

2) Implantação de **projeto agrícolas** com sentido empresarial, para expandir a **empresa agrícola** no Nordeste e Norte. Além de financiamentos a longo prazo e juros baixos, que assegurem a rentabilidade dos projetos e permitam elevar a produtividade básica da região, **será facilitada a comercialização**, para abrir também **frente de exportações em grande escala**. Realizar-se-á, igualmente, em particular no Nordeste, amplo programa de **industrialização de produtos agrícolas**.

Além das instituições relacionadas da estrutura agrária, serão instrumentos principais de execução do PROTERRA os bancos oficiais — BNB, BASA, BNDE, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal — uma vez que o **programa operará, principalmente, mediante crédito**.

CAPÍTULO IV

ESTRATÉGIA ECONÔMICA EXTERNA

REAFIRMA o Brasil, na sua estratégia econômica externa, a sua solidariedade com as nações em desenvolvimento, mantendo-se fiel ao conjunto de instituições do sistema interamericano, no empenho de acelerar o progresso da América Latina. Tudo será feito, por conseguinte, para consolidar os órgãos econômicos-financeiros criados para aquele fim, tais como a CECLA, o BID, a ALALC e o CECON.

● Expansão da receita total de exportação a taxas superiores a 10% ao ano, com aumento das de manufaturas a taxas anuais acima de 20%. Esse resultado é indispensável, não apenas para que o País financie a maior parcela possível das importações necessárias, por meio da própria receita corrente de exportações, como também para permitir a expansão de mercado capaz de possibilitar altas taxas de crescimento da produção interna, na indústria e em **produtos agrícolas não tradicionais**. A conquista de mercados externos é vital ao aumento de eficiência do setor produtivo nacional.

CAMPOS DE ATUAÇÃO

Para atingir tais objetivos, é imprescindível:

I — **Estratégia de exportações**, objetivando:

● **diversificar a pauta de exportações**, criando duas categorias capazes de competir com a posição do café: a de manufaturados, que já estará na altura dos US\$ 800 milhões em 1974, e a de minério/**produtos agrícolas não tradicionais**, que deverá alcançar US\$ 600 a US\$ 700 milhões, em 1974/1975.

No tocante às exportações dos manufaturados e **produtos agrícolas não tradicionais**, está montada, internamente, infra-estrutura que abrange: política de câmbio flexível; sistema de incentivos fiscais; **financiamento em todos os estágios, desde a produção até a promoção comercial, a consignação e a venda**; regulamentação do regime de entrepostos aduaneiros e industriais; e simplificação burocrática, em todos os níveis.

Realizar-se-á política de produção para o exterior, aumentando-se a capacidade com base na rentabilidade das exportações, e não apenas para escoar excedentes. Selecionar-se-ão certos ramos industriais com tecnolo-

gia mais refinada, em que o Brasil possa atuar com empreendimentos de escala internacional. Isso evitará que nossa política de exportações fique limitada a categorias de manufaturados com menores perspectivas na evolução da demanda mundial.

O resultados da política de exportações, no próximo estágio, deverão consolidar-se por meio de infra-estrutura a ser estabelecida no exterior, para apoio à conquista de mercados.

Esse novo sistema repousará, notadamente:

1) Na constituição dos consórcios de exportação, outras formas de associação e estruturas modernas, e nos recursos do Programa de Modernização e Reorganização da Comercialização (PMRC), do BNDE.

2) Na ampliação da rede de agências de bancos nacionais, no exterior, para intensificar o apoio financeiro local às firmas brasileiras operando fora do País.

3) Na ampliação do volume e prazo do financiamento às vendas, particularmente de bens de capital, para permitir competição em condições de igualdade, principalmente, com os concorrentes de países desenvolvidos.

4) No alargamento da rede de entrepostos comerciais, no exterior, e no aumento substancial do número de representações e escritórios das nossas principais empresas, para efeito de conhecimento sistemático das oportunidades existentes da realização de pesquisas de mercado, a fim de adaptar o produto ao gosto do consumidor.

5) Na realização de contratos de exportação a longo prazo, até para produtos agrícolas não tradicionais.

6) Na associação a empresas de países desenvolvidos que já dispõem de mecanismos de comercialização de âmbito internacional, a fim de colocar produtos brasileiros, nos seus países, ou em áreas em que nosso acesso seja ainda limitado.

CAPÍTULO V INTEGRAÇÃO SOCIAL

A Política de Integração Social opera no sentido de:

1) Assegurar a participação do trabalhador na expansão da renda nacional, notadamente mediante o Programa de Integração Social (PIS).

VI — Apoiar as categorias de renda mínima mediante a criação da Central de Medicamentos e do Programa de Assistência Social ao Trabalhador Rural, por intermédio do FUNRURAL.

VII — Recuperar as populações marginalizadas — nas zonas rural e urbana —, assim entendidas as de níveis de produtividade muito baixos ou que dispõem de oportunidades de trabalho apenas em tempo parcial.

Essa recuperação requer:

1) Na zona rural, programas como o PROTERRA, e a transformação em economia de mercado da agricultura de subsistência do Nordeste e Norte.

Incumbe à política de Integração Social:

a) criar base para o mercado de massa;

b) associar a assistência aos estímulos para o trabalho e para o aumento de eficiência do trabalhador; e

c) em certos casos, induzir a que o aumento de renda implique em aumento de poupança, como no caso do PIS e do PASEP.

CAPÍTULO VI GRANDES PRIORIDADES E METAS SETORIAIS

Setorialmente, são prioridades nacionais:

- revolução na Educação;
- aceleração do Programa de Saúde e Saneamento;
- revolução na Agricultura-Abastecimento; e

● aceleração do desenvolvimento científico e tecnológico.

Tal esforço concentrado não deverá prejudicar a consolidação da infra-estrutura econômica de Energia, Transportes e Comunicações, nem o apoio ao desenvolvimento integrado de Indústria e Agricultura.

PARTE II

A EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA

CAPÍTULO I AÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

A execução da estratégia de desenvolvimento supõe:

- expansão dos fatores básicos de produção (estoque de capital; mão-de-obra;
- inovação científica e tecnológica) e
- uso integrado dos instrumentos de ação econômica e administrativa do Governo, nas áreas de sua responsabilidade.

OS FATORES DA EXPANSÃO: PROGRAMA DE INVESTIMENTOS

As necessidades de expansão do capital físico do País acarretarão crescimento da taxa de investimento bruto (fixo) de 17% em 1970 para 19% em 1974. A participação do investimento privado no total tenderá a elevar-se.

Apresenta-se, a seguir, a estimativa dos investimentos nos diferentes setores. Essa previsão é compatível com o comportamento do investimento bruto fixo acima referido. No tocante aos dispêndios do Governo, baseia-se em estimativa de receita consistente com a orientação de não elevar alíquotas de tributos e em disponibilidade de recursos externos apenas com base nos programas já definidos com instituições financeiras internacionais. São estes os valores globais previstos para o triênio, a preços de 1972:

● Na Agricultura-Abastecimento, aplicações governamentais de Cr\$. . . 15.600 milhões (não computados os financiamentos de custeio pela CREA e outros órgãos).

● Na área de Integração Social, aplicações da ordem de Cr\$ 4.790 milhões e de Cr\$ 940 milhões, respectivamente por intermédio do PIS e do PASEP, este último apenas no âmbito federal.

● Na área de Integração Nacional, dispêndios globais de Cr\$ 6.090 milhões por intermédio do PIN (Cr\$ 3.090 milhões) e do PROTERRA . . . (Cr\$ 3.000 milhões, sendo Cr\$ 2.060 milhões de incentivos fiscais). Além disso, destinação de incentivos fiscais ao Norte e Nordeste, da ordem de Cr\$ 4.460 milhões.

Ao lado dessa programação de investimento e dispêndios gerais, o sistema de bancos oficiais desenvolverá importante programa de financiamento, em que se destacam o crédito

to para capital fixo (investimentos) e o crédito especializado.

A consolidação das aplicações dos principais bancos oficiais — Banco Central (fundos), Banco do Brasil, BNDE, Banco Nacional da Habitação (BNH), Caixa Econômica Federal, BNCC, BNB e BASA — *exclusivamente com recursos novos*, alcança um total de Cr\$ 43.700 milhões, no período (preços de 1972), sem levar em conta o PIS e o PASEP. Nesse montante há certa duplicação com o valor

dos investimentos já apresentado, principalmente com relação à Indústria e à Agricultura.

Releva salientar que mais de 90% dos financiamentos previstos se destinam ao setor privado, uma vez que os projetos governamentais têm, em geral, suas fontes próprias de recursos.

No total acima pode-se destacar, no período:

● Programa de Modernização e Reorganização da Comercialização (PMRC), com Cr\$ 340 milhões.

PROGRAMA DE INVESTIMENTOS — PERÍODO 1972/1974

| | | |
|----------------------------------|---------------|---|
| EDUCAÇÃO | 31.200 | Dispêndios totais — Govêrno Federal, Governos Estaduais e Municipais, além de recursos particulares e externos — sendo Cr\$ 28.000 milhões correspondentes ao setor público. |
| AGRICULTURA-ABASTECIMENTO | 15.600 | Aplicações governamentais (não computados os financiamentos de custeio pela CREA e outros órgãos). |
| TRANSPORTES | 20.100 | Investimentos (por parte do Govêrno Federal), sendo: Cr\$ 10.600 milhões no Sistema Rodoviário; Cr\$ 4.570 milhões no Sistema Ferroviário; Cr\$ 3.670 milhões em Portos e Navegação Marítima e Fluvial; Cr\$ 1.260 milhões em Transportes Aéreos (infra-estrutura). |
| INTEGRAÇÃO NACIONAL | 10.550 | Dispêndios globais, através do PIN (Cr\$ 3.090 milhões) e PROTERRA (Cr\$ 3.000 milhões, sendo Cr\$ 2.060 milhões de incentivos fiscais) e destinação de incentivos fiscais ao Norte e ao Nordeste (Cr\$ 4.460 milhões). |
| INTEGRAÇÃO SOCIAL | 5.730 | Aplicações com novos recursos, através do PIS (Cr\$ 4.790 milhões) e PASEP (Cr\$ 940 milhões, no âmbito federal). |

INSTRUMENTOS DE AÇÃO ECONÔMICA

Os principais instrumentos de ação econômica — política fiscal, política monetária e de crédito, política de balanço de pagamentos, política salarial, *política de preços mínimos* — serão utilizados, integradamente, para a consecução dos objetivos básicos, notadamente, crescimento, contenção da inflação e distribuição de renda, bem como para a efetivação do *modelo de competição e integração* definido, incluindo-se a abertura social e regional.

As definições básicas, nos principais campos, são as seguintes:

I — Na política fiscal e orçamentária:

● Destinação preferencial de recursos públicos e criação de instrumentos financeiros, para atender às grandes prioridades nacionais no período, notadamente no tocante a Educação, Saúde-Saneamento, Agricultura-Abastecimento, e Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

III — No campo das políticas monetária e de crédito:

● Manutenção de níveis adequados de liquidez do setor privado, du-

rante o processo de expansão, impedindo-se as alternâncias de controle excessivamente rígido e de liberalização alimentadora da inflação de demanda.

O redesconto, já consideravelmente simplificado, na parte relativa à superação de eventuais e momentâneos problemas de liquidez dos estabelecimentos bancários (Resolução 168/71), continuará voltado para o *refinanciamento*. Com isso, irá dirigir fluxos especiais de crédito a setores carentes de assistência especializada, como é o caso da *comercialização de safras de determinados produtos*, ou setores considerados prioritários na programação geral do Govêrno, como ocorre presentemente com as exportações de manufaturados.

CAPÍTULO II OS FATORES DA EXPANSÃO: POLÍTICA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

I — O de *ordenar e acelerar a atuação do Govêrno*, mediante:

● Coordenação da atuação e modernização das principais instituições

governamentais de pesquisa científica e tecnológica, para executar o PLANO BÁSICO DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, que deverá aplicar, no período, Cr\$ 1.750 milhões, ou seja, a média anual de Cr\$ 583 milhões, em comparação com Cr\$ 90 milhões, em 1968 (a preços de 1972).

● Revigoração da carreira de pesquisador, nas principais instituições de pesquisa do Govêrno Federal (administração direta e autarquias), de modo que permita condições de trabalho adequadas, preferencialmente em tempo integral,

● Implantação do Sistema Nacional de Informação Científica e Tecnológica, funcionalmente articulado com o CNPq e para operação de caráter descentralizado.

Os principais componentes deverão ser os subsistemas de Informação Científica, de Informação Tecnológica Industrial Livre, de Informação Tecnológica Patenteada (com criação do Banco de Patentes), de Informação sobre Infra-estrutura e Serviços, de *Informação Agrícola e de Coleta e Disseminação de Informações do Exterior*.

II — O de *desenvolver áreas tecnológicas prioritárias*, compreendendo:

● *Programa Intensivo de Pesquisa Agrícola, notadamente com relação às principais culturas, à agricultura de "cerrados", às técnicas de irrigação, e à tecnologia de alimentos tropicais.*

CAPÍTULO IV AÇÃO ADMINISTRATIVA

O aperfeiçoamento da ação administrativa requer:

IV — Na área da *articulação com os Estados e Municípios*:

● Harmonização das diretrizes de planejamento dos Estados com o Plano Nacional de Desenvolvimento, para execução coordenada de um programa realmente nacional.

● Divisão de trabalho entre a União e os Estados, para atuação integrada, principalmente quanto ao Desenvolvimento Regional e aos setores de *Educação, Agricultura, Saúde, Energia, Transportes e Comunicação*. Far-se-á integração dos serviços governamentais de caráter local, nas áreas em que seja necessário.

● Integração da atuação do BNDE com os Bancos Estaduais de Desenvolvimento, até mediante sistema de repasses em favor destes últimos, nos principais fundos e programas.

METAS ESTRATÉGICAS SETORIAIS

| SETORES | Situação em 1970 | Meta para 1974 | Aumento (%) | SETORES | Situação em 1970 | Meta para 1974 | Aumento (%) |
|---|------------------|----------------|-------------|--|------------------|----------------|-------------|
| 3) AGRICULTURA-ABASTECIMENTO | | | | 9) RODOVIAS | | | |
| ● Desenvolvimento Tecnológico | | | | ● Rede pavimentada federal (em km) | 23.674 | 38.357 | 62 |
| — Consumo de fertilizantes (em 1.000 t de nutrientes) | 900 | 1.400 | 56 | 10) NAVEGAÇÃO (em mil TPB) | | | |
| — Corretivos (uso de calcário, em 1.000 t) | 1.390 | 2.400 | 73 | ● Total da Frota | 2.339 | 3.814 | 63 |
| — Defensivos Agrícolas (em t) | 37.000 | 70.000 | 89 | — Longo curso | 1.857 | 3.035 | 67 |
| — Mecanização, Tratores Agrícolas (unidades) | 97.000 | 130.000 | 34 | — Cabotagem | 471 | 701 | 49 |
| ● Assistência Técnica (Extensão Rural) | | | | — Interior | 51 | 78 | 53 |
| — Municípios assistidos | 1.545 | 2.200 | 42 | ● Navegação Especializada | | | |
| ● Desenvolvimento da Infra-estrutura Agrícola | | | | — Petroleiros | 868 | 1.000 | 15 |
| — Programa de Irrigação do Nordeste (ha irrigados) | 30.000 | 70.000 | 133 | — Graneleiros | 709 | 926 | 31 |
| — Eletrificação Rural | | | | — Minério-óleo | 260 | 790 | 204 |
| — linhas construídas (em km) | 6.600 | 26.000 | 294 | 13) DESENVOLVIMENTO REGIONAL | | | |
| — potência instalada (em milhões de kW) | 50 | 240 | 380 | ● Incentivos Fiscais (SUDENE e SUDAM) (Cr\$ milhões de 1972) | 1.704 | 1.602 | — |
| — propriedades beneficiadas (unidades) | 117.000 | 420.000 | 259 | ● PIN e PROTERRA (Cr\$ milhões de 1972) | — | 2.260 | — |
| — Consumo de energia (em milhões de kWh) | 11 | 82 | 645 | ● Região Nordeste | 1.704 | 3.862 | 127 |
| ● Reforma Agrária e Colonização (Transamazônica) | | | | — Rodovias (rede pavimentada, em km) | 7.079 | 10.450 | 48 |
| — Famílias assentadas | — | 70.000 | — | — Capacidade instalada de Energia Elétrica (mil kW) | 960 | 1.560 | 63 |
| ● Abastecimento | | | | ● Região Amazônica | | | |
| — Centrais de Abastecimento em Operação | 1 | 15 | 1.400 | — Rodovias (km) | 5.980 | 13.250 | 122 |
| 4) DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO | | | | — Capacidade instalada de Energia Elétrica nos principais centros (mil kW) | 124 | 249 | 100 |
| ● Dispêndios em projetos prioritários (Plano Básico) (Cr\$ milhões de 1972) | 236 | 580 | 146 | 15) INTEGRAÇÃO SOCIAL | | | |
| | | | | ● PIS e PASEP (parcela federal) | | | |
| | | | | — No ano | — | 2.520 | — |
| | | | | — Acumulado | — | 5.730 | — |

1) As metas indicam ordens de magnitude. Quanto ao setor público, são, em geral, valores mínimos a serem alcançados; para o setor privado, têm sentido meramente indicativo, como perspectiva de crescimento do setor, em face dos incentivos aprovados.

Instalado o Conselho Nacional de Cooperativismo



Ao instalar, em Brasília, o Conselho Nacional de Cooperativismo, o Ministro Cirne Lima, da Agricultura, disse que aquele novo órgão, embora integrado de poucas pessoas, representa muitos, pois nele estão elementos representativos de todo o sistema cooperativo.

Criado pela Lei n.º 5.764, de 16-12-71, e presidido pelo ministro da Agricultura, caberá

ao Conselho a orientação geral da política cooperativista nacional. Será constituído de representantes dos Ministérios da Agricultura, Planejamento, Interior, Fazenda e de três elementos indicados pela Organização das Cooperativas Brasileiras.

Em seu discurso de instalação do Conselho, o Ministro Cirne Lima agradeceu à OCB pelo trabalho que vem desenvolvendo em favor do cooperativismo brasileiro e pelo muito que fez para tornar realidade a nova legislação sobre a matéria.

Disse o Ministro que o cooperativismo deverá manter-se em permanente processo de renovação e de aperfeiçoamento, para que possa crescer e se consolidar cada vez mais.

Após instalar o Conselho, o Ministro Cirne Lima inaugurou a sede da *Organização das Cooperativas Brasileiras*, que passará a funcionar em Brasília. Nessa oportunidade, falou o presidente da referida entidade, Sr. Antônio Rodrigues Filho. Participaram das duas solenidades altas autoridades e elementos representativos do cooperativismo do País.

XII CONFERÊNCIA REGIONAL DA FAO PARA A AMÉRICA LATINA EM AGOSTO, SERÁ INSTALADA EM CALI, COLÔMBIA

PRECEDIDA de uma semana de reuniões de duas Comissões Técnicas — uma, sobre **Regulamentações Agrícolas Internacionais** e outra, sobre **Políticas de Alimentação e Nutrição** — será instalada na tarde de 27 de agosto na cidade colombiana de Cali, a **XII Conferência Regional da FAO para a América Latina**. Também antecedendo o conclave, e coincidente com as reuniões Técnicas, terá lugar uma reunião *ad hoc* sobre o **Estudo Perspectivo do Desenvolvimento Agrícola na América do Sul**.

De conformidade com decisão de Conferências Regionais anteriores, no sentido de que os debates devem concentrar-se no exame dos principais aspectos da agricultura da América Latina e dos programas da FAO na região, a agenda da Conferência de Cali não prevê a apresentação por parte dos países, de exposições sobre os seus programas nacionais. Porém, como este tipo de informação — **planos nacionais relacionados com problemas de agricultura, pesca, assuntos florestais etc.** — sempre interessa aos demais países da área, a Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas sugere às delegações que tragam suas exposições já

impressas e com número suficiente de cópias para distribuição.

Além dos itens introdutórios e conclusivos, que abrigam a exposição inaugural do Diretor-Geral da FAO e matérias tais como eleição da mesa que presidirá os trabalhos, adoção da agenda, aprovação de relatório final e indicação de local e data da Conferência seguinte etc., quatro outros grandes itens servirão de marco para o desenvolvimento do conclave.

Dentro do primeiro, serão apresentadas três exposições fundamentais, seguidas de debates sobre a evolução da agricultura e das atividades da FAO na região, desde a Conferência anterior, realizada em Caracas, em 1970. As mencionadas exposições serão feitas pelo Secretário-Executivo da CEPAL, pelo Diretor-Executivo do Programa Mundial de Alimentos e pelo Representante Regional da FAO para a América Latina.

Os demais tópicos da agenda se referem a uma revisão da ação adotada na América Latina para superar pontos focais de subdesenvolvimento agropecuário, às linhas gerais para a ação regional em certos setores e aos programas da FAO nesta parte do mundo.

FRUTÍFERAS E HORTALIÇAS CULTIVADAS

ENFERMIDADES E PRAGAS NOS ESTADOS DA GUANABARA E DO RIO DE JANEIRO

Sugestões para o controle

Capítulo III

AGRIÃO

Nasturtium officinale R. Br.

1 — ENFERMIDADES

1.1. — “Mela” ou “tombamento” das plântulas destinadas ao plantio do agrião em canteiros ou envalado (aquático) e causada por fungos do solo, tais como: *Rhizoctonia solani* Kuehn., *Pythium spp.* ou *Fusarium spp.* Generalizada em toda a região carioca-fluminense.

CONTROLE — É realizado através do emprego de medidas *preventivas* e ocasionalmente *curativas*.

Entre as medidas *preventivas*, recomendam-se:

a) — Tratamento de sementes antes do plantio com Thiram, ou organo-mercurial ou, ainda, com a mistura Carboxin (Vitavax 75 PM

da Delta) + Thiram (Rhodiauram), empregando-se 200 g de cada um dos produtos para 100 kg de sementes, por via seca.

b) — Escolha de local apropriado para sementeira, longe de outras culturas adultas de família botânica afim.

c) — Preparo adequado do leito da sementeira, com bastante areia e pouca matéria orgânica, garantindo-se uma boa drenagem.

d) — Desinfestação do solo da sementeira com um dos produtos: Thiram ou Brometo de metila (52,4 cc por metro quadrado) observando-se rigorosamente com esse último produto as recomendações do fabricante, e semear após 10 dias.

e) — Evitar semeios densos e regas excessivas.

f) — Controlar na sementeira o emprego de adubação nitrogenada, garantindo-se no solo bom teor de fósforo.

Entre as medidas *curativas*, ou melhor que evitam a perda total das mudinhas, recomendam-se:

a) — Moderação nas regas.

b) — Pulverização das mudinhas com a mistura Carboxin (Vitavax 75 PM, a 0,1%) + Thiram molhável a 0,1%, isto é, 100 g de cada um dos produtos comerciais, em 100 litros de água.

das folhas do agrião de vala, provocado por deficiência de fósforo.

CORREÇÃO — Adicionar superfosfato acondicionado em pequenos sacos de anagem nas entradas de água das valas de irrigação.

1.3 — Cercosporiose das folhas causada por *Cercospora nasturtii* Pass., provocando lesões necróticas envolvidas por tecido amarelado das folhas, que acabam por cair, trazendo prejuízo à planta. Frequente nas agrieiras com deficiências minerais em toda a região carioca-fluminense.

CONTROLE — Adubação racional das valas de agrião, incluindo micro-alimentos (adubo foliar), eliminação de invasoras aquáticas (algas e plantas superiores), e pulverizações semanais com fungicidas cúpricos ou cupro-orgânicos.

1.3 — Degenerescência, supostamente atribuída a um vírus, ocasionando a diminuição da superfície foliar, enfezamento das plantas, ligeiro "mosaico" das folhas novas e o raleamento das mudas na agrieira, tornando fácil o estabelecimento de invasoras nas valas.

CONTROLE — Interromper a multiplicação vegetativa e substituir as plantas da vala por outras, obtidas em canteiros a partir de sementes selecionadas.

2 — PRAGAS

2.1 — Lagarta rosca representada por larvas das mariposas *Agrotis spp.* e *Spodoptera spp.*, devorando o caule das plantinhas

em sementeiras e no agrião de canteiro durante a noite. Muito prejudicial na Baixada de Jacarepaguá.

CONTROLE — Incorporação de paration granulado ao solo das sementeiras e canteiros, nas áreas onde a praga é habitual. Nas regiões em que o inseto ocorre esporadicamente, adotar uma das seguintes medidas no início dos ataques:

a) — polvilhamento rente ao solo com carbaryl, uma vez por semana;

b) — distribuição de *iscas inseticidas* preparadas da seguinte maneira: para cada 10 kg de farelo adicionar 500 g de açúcar ou um kg de melaço e 200 g de um dos seguintes inseticidas: Endosulfan 35 EC, Ethion 50 EC ou Triclorfon 80 PS. Adicionar água (6 a 10 litros) e misturar bem os ingredientes até se obter uma massa granulosa. Distribuir com a proteção de uma luva de borracha, no período da tarde, cerca de 20 kg de isca preparada, por hectare, nos canteiros. Cerca de dez dias antes da colheita, utilizar somente o Triclorfon. Repetir se necessário, cada dez dias durante todo o ciclo do agrião. Prender toda a criação doméstica.

2.2. — Pulgão representado por formas jovens e adultos de *Aphis sp.* (identificado por gentileza do Prof. Cincinato R. Gonçalves), que se localizam em grande número na página inferior das folhas. A praga é muito prejudicial ao agrião de canteiro, principalmente em Jacarepaguá. Esporadicamente em toda região carioca-fluminense.

CONTROLE — Tratando-se de uma praga que geralmente só é pressentida próximo à colheita e dada a sua localização na página inferior das folhas tornando-a dificilmente atingível, recomenda-se uma pulverização com Mevimphos (Phosdrin, Inseticida sistêmico fosforado, Shell), com carência de apenas 3 dias.

2.3 — Vaquinha, representada por larvas e adultos do bezouro *Microtheca ochroloma* Stal. (identificado por gentileza do Prof. Cincinato R. Gonçalves) que devoram completamente as folhas do agrião de canteiro, em toda a Guanabara.

CONTROLE — Polvilhamento com carbaryl pó ou malation pó, preferindo-se este último na presença de "pulgões".

2.4 — *Caramujo preto das valas* representados por *Australorbis* sp. Embora não cause o caramujo, danos apreciáveis à cultura, seu combate é importante sob o ponto

de vista sanitário, por ser o hospedeiro intermediário do *Schistosoma mansoni*, verme causador no homem da doença "esquistossomose".

CONTROLE — Incorporação de cal ou sulfato de cobre nas valas ou o produto Baylucid.

AIPIM

Manihot utilissima Pohl

1 — ENFERMIDADES

1.1 — *Podridão de pré e após-emergência* associadas aos fungos *Diplodia* spp. Muito frequente em solos úmidos ou resultando da utilização de manivas inadequadas para o plântio. As falhas ocasionadas pela enfermidade, obrigam, por vezes, a um ou mais replantes. Comum a toda a Baixada carioca-fluminense.

CONTROLE — Seleção de ramas apropriadas para a obtenção de manivas, e nos solos úmidos proceder à desinfestação das estacas com fungicidas organo-mercuriais.

1.2 — *Antracnose* das hastes e do pecíolo, causada pelo fungo *Colletotrichum gloeosporioides* Penz (= *Gloeosporium manihotis* P. Henn.) no conceito de Von Arx. As lesões provocadas nas hastes e, por vezes, envolvendo-as, ocasiona uma "murcha" súbita de toda a parte aérea acima do ponto de infecção. Esse tipo de ataque obriga a planta a emitir nova brotação, comprometendo a produtividade e precocidade das raízes do aipim.

CONTROLE — As variedades de aipim de mesa são bastante suscetíveis à moléstia.

Adubações racionais e pulverizações com fungicidas carbamatos, principalmente o ziram, têm proporcionado melhores resultados no controle ao mal.

1.3 — *Bacteriose e crestamento bacteriano* causados por *Xanthomonas manihotis* (Arthaud Berthet) provocando a "murcha" das folhas com porejamento de massa alaranjada

pela casca ou ocasionando "manchas" e "crestamento" de folhas. Na cultura poderá ser confundida com a "antracnose", distin-



Lagartas

guindo-se dessa pela ausência de lesão envolvendo a haste e pela presença interna de vasos enegrecidos ao longo da rama afetada. Comum no Estado do Rio.

CONTROLE — Eliminação de todas as plantas doentes, que deverão ser destruídas pelo fogo. Plantio de ramas provenientes de cultura reconhecidamente sadia, e certificada por um técnico.

CONTROLE — Adubações racionais e se possível, a irrigação.

1.5 — Roseliniose causada pelos fungos *Rosellinia spp.*, e outras podridões abióticas e parasitárias poderão ocorrer nas raízes do aipim. A "roseliniose" é mais freqüente nos solos recentemente desbravados e providos de muita matéria orgânica. As podridões de raízes acham-se relacionadas com várias con-



Lagarta

1.4 — Cercosporiose das folhas, causada por *Cercospora spp.* que provocam lesões escuras e arredondadas no limbo foliar. Nos períodos mais secos do ano a enfermidade poderá se agravar, provocando significativa queda de folhas com prejuízo para a planta e reflexo na produção. Generalizada em toda a Baixada carioca-fluminense.

dições desfavoráveis de solo. Comum a toda a Baixada carioca-fluminense.

CONTROLE — No caso da "roseliniose" evitar os solos desbravados, pelo menos durante uns três anos para o plantio do aipim. Posteriormente corrigir o pH com dolomita.

1.6 — *Ferrugem* causada por *Uromyces manihotis* P. Henn. afetando folhas e hastes novas. Nas variedades muito suscetíveis à "ferrugem" o fungo provoca a deformação e o envassouramento das hastes. Comum à todas as regiões que cultivam variedades suscetíveis, na Baixada carioca-fluminense.

CONTROLE — Utilização de variedades resistentes tais como a "saracura", largamente cultivada na Guanabara.

1.7 — *Oídio* ou *cinza* das folhas causada pelo fungo *Oidium manihotis* P. Henn. Comum nas culturas de inverno, sem entretanto provocar danos significantes.

CONTROLE — Geralmente desnecessário.

2 — PRAGAS

2.1 — *Mandarová* representado pelas lagartas de *Erinnyis ello* (L.) devorando folhas, e na ausência destas, a casca das hastes. As larvas do primeiro estágio localizam-se nas folhas novas e são dificilmente percebidas. O prenúncio dos surtos se verifica pela presença de numerosos adultos que esvoaçam à noite atraídos pela luz, geralmente no mês de dezembro. No Estado da Guanabara ocorrem no máximo duas gerações, pois a terceira é totalmente liquidada por epizootia, provavelmente devido a um vírus. Acreditamos ainda, que o microorganismo entomógeno mantenha em cheque as populações de lagartas, e só permitindo a ocorrência de surtos do "mandarová" em anos alternados. Generalizado em toda a Baixada carioca-fluminense.

CONTROLE — Ao serem percebidos os primeiros danos, polvilhamentos com um dos seguintes inseticidas: camfeclor, carbaryl, endrin ou triclorfon, na base de 15 kg por hectare. Em se tratando de lagartas nos últimos estágios, aumentar para 25 kg os inseticidas indicados por hectare. O emprego de armadilhas luminosas para a previsão dos surtos é recomendável.

2.2 — *Aranha vermelha*, *ácaro rajado* e *ácaro verde*, representados por jovens e adul-

tos de *Tetranychus spp.* e *Mononychus, sp.*, localizando-se na página inferior das folhas e mais tarde nas hastes, com graves prejuízos para a planta, decorrentes da alimentação desses acarinos. As folhas infestadas assumem coloração amarelada ou bronzeada, constata-se a presença de numerosos indivíduos, protegidos por teias, localizados próximos às nervuras da página inferior. As folhas afetadas vão caindo, ficando por vezes a planta, reduzida ao renovo. Generalizadas na Baixada fluminense, particularmente no Município de Itaguaí.

CONTROLE — Nossa experiência recomenda o emprêgo de acaricidas específicos do tipo clorofenamida, dinobuton, milbex ou tetradifon, dada a presença habitual do "ácaro rajado" (*Tetranychus urticae*), bastante resistente aos inseticidas fosforados.

2.3 — *Broca das pontas* representada pelas larvas da mosca *Silba pendula* (Bezzi), que escavam galerias nos renovos do aipim, motivando a paralisação do crescimento. Esse processo obriga a uma nova brotação lateral com prejuízo para a cultura. Muito freqüente em toda a Baixada carioca-fluminense.

CONTROLE — Geralmente antieconômico.

2.4 — *Mosca branca* ou *aleirodídeo* representado por formas jovens de *Aleurothrixus aepim* (Goeldi) localizando-se na página inferior das folhas e provocando uma clorose das mesmas. Embora bastante prejudicial, o inseto é intensamente colonizado pelo "fungo preto", *Cladosporium herbarum* (Pers.), que inicialmente se serve das secreções açucaradas do inseto como substrato e acaba por penetrar-lhe pelo orifício de excreção (ânus), destruindo-o inteiramente. Acreditamos que, não fosse esse parasitismo acidental, observado e descrito por VIEGAS, a praga constituiria, a exemplo de outros aleirodídeos, problema grave à cultura do aipim, em toda a Baixada carioca-fluminense.

CONTROLE — Geralmente antieconômico.

2.5 — *Broca das hastes* representada por larvas dos bezouros *Coelosternus spp.*, que devido à forma de alimentação, destroem a

parte interna (medula) das hastes e dos ramos, provocando a seca a partir do ponto afetado em direção ao ponteiro do aipim. Mais nocivo em alguns anos. Generalizado em toda a Baixada carioca-fluminense.

2.7 — *Galhas ou cocídeas* das folhas abrigo larvas da mosca *Jatrophia* sp. Raramente constitui problema sério, provavelmente devido ao controle por inimigos naturais.



CONTROLE — Coleta e destruição das ramas abrigo larvas, pelo fogo.

2.6 — *Tripes* das folhas representados por jovens e adultos de *Thripidae* não identificado. A alimentação dos insetos provoca rasgaduras e deformações das folhas dos renovaos. Apresenta certa gravidade nos anos mais secos na Baixada de Jacarepaguá.

CONTROLE — Geralmente antieconômico.

2.8 — *Formigas cortadeiras* representadas por operárias e soldados de *Atta* spp. e *Acromyrmex* spp. O problema é mais grave nas culturas próximo às matas, pastos ou áreas abandonadas.

CONTROLE — Sendo possível localizar a sede do formigueiro, destruí-lo com formicidas gasosos (brometo de metila), ou líquidos (aldrin) ou pós (aldrin ou heptacloro). Não sendo possível localizar a sede do formigueiro, aplicar formicida em "iscas" (dodecacloro-Mirex, heptacloro-Rhodia etc.).

ALFACE

Lactuca sativa L.

1 — ENFERMIDADES

1.1 — *Mela ou tombamento* de plântulas causada pelos fungos *Rhizoctonia solani* Kuehn, *Pythium* spp. ou *Fusarium* spp. Generalizado em toda a região carioca-fluminense.

CONTROLE — Veja as recomendações em AGRÍAO.

1.2 — *Mildio* causado pelo fungo *Bremia lactucae* Regel que provoca lesões irregulares nas folhas, notando-se com auxílio de uma

lente de bolso as frutificações esbranquiçadas do patógeno, localizadas sobre as lesões, na face inferior das folhas. Muito freqüente nas regiões serranas do Estado do Rio, e raramente ocorrendo na Baixada carioca-fluminense.

CONTROLE — Entre as medidas preventivas a empregar na sementeira, recomendam-se:

- a) — evitar semeios muito densos;
- b) — pulverizações preventivas semanais com os fungicidas carbamatos (ziram, zineb,

maneb, mancozeb ou propineb) ou os cupro-orgânicos.

1.3 — Septoriose causada pelo fungo *Septoria lactucae* Pass. e provocando manchas arredondadas de cor ferruginosa nas folhas. O exame dessas manchas com auxílio de lente de bolso mostrará a presença de numerosas pontuações negras representadas pelas frutificações (picnídios) do patógeno. Trata-se de enfermidade bastante grave em culturas da Baixada carioca-fluminense, ocorrendo com freqüência em solos fracos e com deficiências hídricas para a planta.

CONTROLE — Adubações racionais para a cultura, regas convenientes e pulverizações de 5 em 5 dias nos casos graves com fungicida cupro-orgânico. A preferência dos fungicidas cupro-orgânicos nessa cultura é devida à freqüente ocorrência de enfermidades bacterianas, e as deficiências de cobre observadas nos solos turfosos.

1.4 — Queima das folhas basais ("bottom-rot" dos norte-americanos) devido ao fungo *Rhizoctonia solani* Kuehn., algumas vezes associado à bactéria *Erwinia carotovora* (Jones). Trata-se de enfermidade comum durante o inverno e incidindo sobre as variedades de alface repolhudas. As condições ambiente mais favoráveis à ocorrência dos surtos, são: elevada umidade do solo e temperaturas baixas. Generalizada em toda região carioca-fluminense.

CONTROLE — Evitar a incorporação de qualquer resto de cultura aos canteiros, moderação nas regas, e nos solos muito infestados proceder a uma pulverização antes do plantio com: PCNB, ou PCNB + Dexon ou ainda Thiram.

1.5 — Crestamento bacteriano das folhas causado por uma ou mais das seguintes bactérias: *Xanthomonas vitians* (Brown), *Pseudomonas cichorii* (Swingle), *Pseudomonas marginalis* (Brown) e *Pseudomonas viridilivida* (Brown). Essas bactérias são dificilmente distinguíveis umas das outras pela sintomatologia, e isoladamente ou associadas, poderão destruir rapidamente uma cultura de alface. As condições predisponentes para uma epidemia são: chuvas finas e persistentes por mais de dois dias, e temperatura diurna em torno dos



Folha de alface com sintomas causados pela bactéria *Pseudomonas cichorii*.

18° C. Algumas dessas bactérias, principalmente as *Pseudomonas spp.* irão constituir problemas na alface em trânsito ou armazenada, desde que ocorram condições favoráveis.

CONTROLE — Ocorrendo condições que possam predispor as plantas ainda jovens às bactérias, é conveniente um tratamento com estreptomicina ou sua associação com fungicida cúprico, empregando-se um máximo de 100 p.p.m. de antibiótico.

Como medida preventiva, pulverizações semanais com os fungicidas cupro-orgânicos.

1.6 — Murcha ou colapso bacteriano causado por uma estirpe mais virulenta de *Xanthomonas vitians* (Brown). As plantas vão perdendo a turgescência das folhas e murcham completamente. Um corte na região do caule mostrará uma decomposição amarelada dos tecidos da medula. Ocasionalmente, em toda a região carioca-fluminense.

CONTROLE — Aquisição de sementes de boa procedência.

1.7 — Podridão mole bacteriana das folhas centrais da alface repolhuda, causada por *Erwinia carotovora* (Jones). Essa enfermidade bacteriana, mais freqüente nos períodos de temperaturas elevadas, tem o seu início com a necrose dos bordos foliares ("tip-burn" dos

norte-americanos) decorrente da ação dos ventos secos que sopram de agosto a setembro. Com as chuvas, a bactéria presente no solo se instala nos bordos necrosados, indo apodrecer rapidamente as folhas centrais, inutilizando a alface para a comercialização. É freqüente em toda a Baixada carioca-fluminense.

CONTROLE — As pulverizações com fungicidas cupro-orgânicos geralmente evitam a instalação da bactéria. No caso de se utilizar a água dos tanques de lavagem das alfaces colhidas para a irrigação, é indispensável o tratamento prévio dessas águas com o objetivo de destruir todos os fitopatógenos. Para isso, recomendamos o tratamento das águas cubadas em tanques, com hipoclorito de cálcio ou cloreto de cal (Cia. Eletro Química Fluminense). Esse tratamento eliminará também qualquer microorganismo patogênico ao homem que se achar presente na alface destinada ao mercado consumidor.

1.8 — Alternariose e cercosporiose causadas respectivamente pelos fungos *Alternaria sonchi* J. J. Davis e *Cercospora longissima* (Cug.), agentes de manchas de folhas, principalmente das variedades de alfaces "romanas", plantadas durante a estação quente do ano, na Baixada fluminense.

CONTROLE — Pulverizações semanais com fungicidas cupro-orgânicos.

1.9 — Mosaico causado por um ou mais vírus, geralmente provocando a deformação e o mosaico bolhoso das folhas, reduzindo o tamanho e o peso da alface. Frequentemente observado em certas áreas da região olerícola carioca-fluminense, principalmente nos períodos de temperatura mais elevada do ano.

CONTROLE — Utilização de sementes de boa procedência. Plantio de variedades mais resistentes como a "Babá".

2 — PRAGAS

2.1 — Formiga das sementes constituída por operárias de *Solenopsis sp.* que furtam as sementes do leito da sementeira, atribuindo o

lavrador essa falha a uma deficiência germinativa. É de ocorrência esporádica na região carioca-fluminense.

CONTROLE — Nas áreas de ocorrência, logo após o semeio, realizar ligeiro polvilhamento da superfície do solo com aldrin ou heptaclor a 5% (formicidas em pó).

2.2 — Meloidoginose, pipoca ou pôdra (empregado por hortelões portugueses) causada pelo nematóide *Meloidogyne incognita* (Kof. & White), deformando completamente as raízes. O nematóide ataca inúmeras plantas cultivadas e selvagens, sendo problema generalizado em certas áreas olerícolas, limitando a produção.

CONTROLE — Os únicos meios racionais de controle consistem: a) desinfestação dos canteiros com o *Brometo de metila* (1 lata ou 262 cc para cada 10 m²) sob lençol plástico, deixando 24 horas durante o verão e 48 horas durante o inverno, realizando-se o semeio ou plantio após 10 dias, ou b) no tratamento do solo com Nema-gon, de acordo com as recomendações do fabricante.

No caso da desinfestação com o Nema-gon, é importante a eliminação das raízes atacadas da safra anterior e que abrigam as posturas do nematóide, inacessíveis ao nematocida. Já o brometo de metila tem grande capacidade de penetração em restos de cultura.

2.3 — Lgarta rosca representada por larvas das mariposas *Agrotis spp.* e *Spodoptera spp.*, que devoram o caule das plantas mais jovens.

CONTROLE — Veja em ABOBOREIRA, pg. 26-27, abril de 1972.

2.4 — Vaquinhas representadas pelos adultos de *Diabrotica speciosa* (Germar) que se alimentam de folhas, depreciando o produto. Generalizado em toda região carioca-fluminense.

CONTROLE — Polvilhamentos com carbaryl ou pulverizações com carbaryl, malathion ou propoxur.

INFORMAÇÃO RURAL

ABIR tem nova diretoria



O novo presidente da ABIR ao ser cumprimentado pelo representante do Ministro da Agricultura, professor Jaime M. Lins de Almeida. (Foto de J. Duarte).

ELEITA no dia 16/6/72, tomou posse no auditório do Ministério da Agricultura, na Guanabara, em solenidade que contou com a presença do chefe do gabinete do Ministro da Agricultura, Sr. Henrique Cirne Lima, a nova diretoria da Associação Brasileira de Informação Rural (ABIR), agora presidida pelo jornalista Mário Mazzei Guimarães, diretor de redação do "Correio Agropecuário", de São Paulo. Os membros da nova diretoria são todos ligados à informação rural em São Paulo, segundo um esquema de rodízio acertado entre os próprios associados da entidade, e são os seguintes: vice-presidente — Sebastião Gonçalves da Silva (Associação Nacional para Difusão de Adubos); secretários: J. M. Nogueira de Campos (Nestlé) e Lauriston P. Bicudo (Secretaria da Agricultura); tesoureiro: Luís A. Penna ("Revista dos Criadores") e Paulo do Amaral Pompeu ("O Dirigente Rural").

O Conselho Deliberativo da ABIR tem a seguinte composição: Cláudio R. P. Fornari (FAO-GB), José Rezende Peres ("O Globo"-GB), Heli Corrêa (Secretaria da Agricultura-SP), Avari de Campos (Secretaria da Agricultura — MG), Ilo Soares Nogueira (Massey-Fergusson — SP) e Jorge Bierrenbach de Castro ("O Estado de São Paulo" — SP), como efetivos, e Arthur Mendes de Castro Barbosa; (Aroldo Araújo

Propaganda — GB), Carlos Nogueira (IBC — GERCA — GB) e Paulo Annes Gonçalves ("Correio do Povo" — RS), como suplentes. O Conselho Fiscal é constituído por: Rufino D'Almeida Guerra Filho (Banco Nacional de Crédito Cooperativo e Sociedade Nacional de Agricultura — GB), Alvaro Augusto (Tortuga — SP) e Gastão Thomaz de Almeida ("Diário de S. Paulo"

— SP), efetivos, Hugo Hammes (Secretaria da Agricultura — RS), Rodolpho J. Mayer Jr. (Emoná Propaganda — GB) e Alcione José Osta (ABCAR — GB), suplentes.

A nova diretoria convocou uma assembleia geral dos associados da ABIR, visando à alteração dos estatutos da entidade e a transferência da sede para São Paulo.

RAÇÕES E CONCENTRADOS LUX

mais de 40 anos de
experiência, garantindo
o sucesso dos
avicultores
dêste
País



MOINHO DA LUZ

o mais elevado
padrão de qualidade

Escritório
e Fábrica:

Rua Benedito Otoni, 19/24 - ZC 00 - Telefone: 254-3939
Enderêço Telegráfico: "LUZINHO" - RIO DE JANEIRO - GB



Cataratas do Iguazu, cujo potencial hidrelétrico será brevemente transformado em eletricidade

Mais rapidamente do que se pensa, o mundo que conhecemos e que temos conhecido está-se transformando. Na América e em alguns outros países adiantados, mais gente está vivendo com mais conforto, mais segurança e por mais tempo do que em qualquer outro período da história.

Temos feito progressos espetaculares em nossos métodos de produção de bens necessários e supérfluos. No entanto, os avanços tecnológicos estão sendo adquiridos à custa de crescente deterioração do meio ambiente, da poluição do ar e da água, de aglomeração e congestionamento, de perda de espaço vital e da natureza virgem. Teme-se que, mesmo se as necessidades materiais do homem puderem ser satisfeitas, o mundo em que ele vive será menos adequado à manutenção daqueles atributos humanos indispensáveis à convivência mútua.

A preocupação de preservar o mundo como um lugar propício ao homem é a base do movimento social conhecido como CONSERVAÇÃO. Tal como o nosso ambiente, tem mudado também o significado da conservação, que se tornou-se forçosamente mais amplo; suas implicações penetram mais profundamente na experiência humana. Antes, o conservacionista ocupava-se mais com o mundo natural e com o cenário rural — com a fauna silvestre e a pesca, com florestas e campos, com solos e bacias fluviais ou com minerais e combustíveis acessíveis ao homem. Preocupava-se com essas coisas face ao descaso da sociedade humana aferrada ao desenvolvimento e ao progresso materiais. O mundo natural e as matérias-primas, das quais o homem depende, eram explorados sem levar-se em conta o dia de amanhã: florestas

eram destruídas; os solos exauridos; a fauna silvestre exterminada. Raramente a atenção do conservacionista voltava-se para as vilas e cidades onde se concentrava a população. Os perigos da poluição eram quando muito locais e pareciam ser um preço insignificante pago pelo progresso. A explosão demográfica passava despercebida num mundo que parecia amplo, ainda não dominado, com espaço suficiente para muita gente e muitos modos de vida.

Hoje em dia, porém, o mundo tornou-se pequeno, pelo rápido crescimento de sua população, esta presa à densa trama de redes de transporte pelos quais gente e mercadorias se movimentam em volume e velocidade cada vez maiores. A exploração humana crescente e descontrolada ameaça os cantos mais longínquos da terra. Cidades tornaram-se pontos focais num declínio ameaçador da qualidade de vida humana. A poluição espalha-se por toda parte. O movimento conservacionista por isso mudou sua ênfase. Os velhos problemas persistem, mas os novos tornaram-se mais agudos.

O SIGNIFICADO DA CONSERVAÇÃO

A conservação é definida como a *utilização racional do meio ambiente com o fim de conseguir a mais alta qualidade de vida para o homem*. Tal definição, contudo, requer explicação. Que quer dizer *utilização racional*? Que significa *qualidade de vida*?

A *utilização racional do meio ambiente* toma em consideração o futuro. Baseia-se na compreensão das necessidades humanas contínuas a longo prazo. Leva em conta as leis naturais que governam a ocupação do planeta pelo homem. Compreenderá, às vezes, a não-utilização de certos recursos se estes se tornam escassos e

NÔVO CONCE

sua preservação for de importância. Estará sempre baseada na consideração das exigências do amanhã como das necessidades presentes.

Assim, por exemplo, não é racional o uso de uma área coberta de florestas para a produção imediata de alimentos, se isso requer a destruição da floresta, a perda de solo e da produtividade da área a longo prazo. Racional seria usar a área de modo tal que sua produtividade em madeira, água, vida silvestre e outros produtos florestais fosse mantida permanentemente.

Não é racional destruir uma espécie viva ou aniquilar o último remanescente de uma comunidade viva para abrir caminho à expansão de alguma cultura já abundante ou de um subúrbio mal localizado. Todavia, o que não é racional a longo prazo para a sociedade pode parecer perfeitamente racional a um indivíduo ou a um grupo social com objetivos a curto prazo. Além disso, o desconhecimento das relações entre seres vivos e seu ambiente pode, muitas vezes, conduzir a danos inesperados quando um recurso é explorado de maneira racional, mas superficialmente.

A expressão *qualidade de vida* é mais ilusiva, uma vez que as pessoas diferem em suas necessidades e aspirações. A conservação, porém, procura manter um ambiente da mais alta qualidade, isto é, ambiente saudável, esteticamente atrativo e diversificado.

Um dos objetivos da conservação é preservar as espécies silvestres e comunidades naturais da Terra, de modo que o homem encontre sempre presente a variedade natural que acompanhou seu longo curso de evolução. Outra meta da conservação é estimular a criação de ambientes artificiais diversificados e agradáveis, desde terras agrícolas até cidades, de maneira que ninguém precise viver num mundo monótono e feio. Ainda outro objetivo é utilizar os recursos vivos da Terra de modo tal que eles continuem pelos séculos afora a produzir fartas colheitas, tal como sempre produziram as terras agrícolas bem tratadas. A conservação procura, também, evitar os usos que conduzem à degradação da terra através da poluição, do envenenamento ou da perda da capacidade produtiva. É dever de todos os que se ocupam com conservação procurar manter as populações humanas em tal nível que todos possam desfrutar uma vida rica e variada e não permitir que o crescimento demográfico ponha em perigo o futuro da humanidade.

A vida na Terra ocorre numa fina camada de solo, água e atmosfera, próxima à superfície do planeta. Esta camada e a vida que ela contém for-

TO DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

R. DASMANN

Excerto da Edição de 1970 do folheto "Ambiente Propício à Vida Humana, da Fundação Brasileira para Conservação da Natureza, sob os auspícios da ABCAR.

mam a biosfera, a esfera da vida, sobre a Terra. À medida que aumenta nosso conhecimento da biosfera amplia-se, também, nossa compreensão do modo intrincado como todas as partes a ela pertencentes estão relacionadas entre si. Assim, a poluição do ar nas cidades costeiras da Califórnia afeta a saúde dos pinheiros na distante Serra Nevada. Radioisótopos de explosões atômicas na Ásia central podem aparecer em concentrações alarmantes nos caribus do Alasca. Inseticidas das fábricas da América ou da Europa aparecem em tecidos dos pingüins da Antártica. Uma decisão tomada em Washington, D. C., pode afetar as condições de vida de criaturas nas remotas florestas amazônicas. A segurança e a prosperidade nos Estados Unidos podem depender do equilíbrio de alimentos e população na Ásia meridional.

Desconhecemos as conseqüências de nossas atividades. Para o oxigênio de que necessitamos dependemos das funções de plantas verdes na terra e no mar. Com a queima de combustíveis fósseis e várias outras atividades que promovem oxidação produzimos dióxido de carbono. Quando atingiremos o ponto crítico no equilíbrio próximo de carbono na atmosfera? Em que ponto a acumulação de gás carbônico na atmosfera provoca alterações potencialmente desastrosas nos climas da terra, talvez derretendo as capas de gelo polar e elevando perigosamente o nível do mar? Nossas ações processam-se mais rapidamente do que nossos conhecimentos acérca de suas conseqüências.

O grande número de espécies vivas na terra, centenas de milhares de variedades de animais e plantas, está distribuído sobre o planeta, não ao acaso, mas em comunidades de seres vivos organizadas e estruturadas, as comunidades bióticas. Estas se distinguem umas das outras. As espécies de cada uma delas estão ligadas em redes intrincadas de fluxo de energia ou vias de matéria-prima química de solo, ar e água através das plantas para os animais. Uma perturbação em qualquer parte da comunidade afeta todas as partes.

Cada comunidade, por sua vez, forma a porção viva de um *ecossistema* constituído de solo, ar, água, energia solar, características físicas da terra e atmosfera, todas interagindo com a vida. Varia, enormemente, a resistência dos ecossistemas às perturbações. Alguns, como os sistemas mais complexos das regiões quentes e úmidas, revelam maior capacidade de reagir a interferências externas; a clareira aberta na mata é rapidamente

restaurada pela floresta com novo crescimento. Outros, como os sistemas mais simples das regiões áridas ou frias, podem ser facilmente aniquilados pela influência humana ou por perturbação natural, levando décadas ou mesmo séculos para se refazer. Complexidade dá maior estabilidade às comunidades naturais. Comunidades simples tendem para a instabilidade.

A ingerência humana pode acarretar efeitos secundários inesperados. Nas regiões tropicais pode parecer sensato atacar uma praga na lavoura com inseticida. No entanto, tal prática pode levar ao aparecimento de novas pragas, ainda mais destruidoras do que as anteriormente controladas por predadores e parasitos exterminados pelos inseticidas, o que por sua vez requer o emprêgo de novos inseticidas com efeitos ainda mais desastrosos. A simplificação dos sistemas naturais complexos tem sido a base de

cultura e não pode ser mantida. Todavia, uma simplificação extrema, como temos nas monoculturas, conduz sempre a um equilíbrio precário entre a planta cultivada e um sistema ecológico instável. Talvez uma doutrina geral a ser seguida pelo homem em sua utilização do mundo natural, baseada no nosso conhecimento atual, fosse a seguinte: *A alteração de qualquer ambiente natural não deve exceder o mínimo necessário ao seu uso racional em proveito do homem.*

É difícil sabermos até que ponto o futuro do homem pode depender da permanência na Terra de algumas espécies. Muitas de nossas grandes conquistas na ciência e na medicina resultaram de pesquisas em torno de alguma espécie de planta ou animal. Um simples bolor levou-nos à criação de uma família de antibióticos. Assim, para nosso próprio bem-estar, se não por outros motivos, devemos conservar na Terra amostras adequadas, não modificadas pelo homem, de todos os seres vivos em sua abundante variedade.

POPULAÇÃO E MEIO AMBIENTE

Sem um contróle sobre o crescimento da população humana, todos os esforços conservacionistas falharão ine-

vitavelmente. O conceito de "lugar só em pé" ("standing room only") para o homem na Terra foi levantado como um pesadelo, com o fim de chamar a atenção para o perigo da atual proporção de crescimento demográfico. Isto é, naturalmente um nível populacional que não poderá ser atingido, pois muito antes sobreviria uma catástrofe.

Infelizmente, com a cifra alcançada pela população, a catástrofe já sobreviveio. Milhares de seres humanos morrem de fome todos os dias. Outros perdem a vida em arruaças e revoluções, em guerras maiores ou menores, provocadas por pessoas insatisfeitas com seu quinhão dos bens terrestres. Com a população atual já somos incapazes de assegurar a todos algo que se aproxime de "qualidade de vida". À medida que o crescimento continua vão-se tornando mais difíceis de solucionar nossos problemas ambientais e humanos.

Uma pergunta primordial de política demográfica deve ser feita: em cada comunidade e em cada nação: quantas pessoas podem ser sustentadas sem quebra de qualidade e diversidade do ambiente humano? Algumas nações e regiões vivem como se sua política fosse a manutenção do máximo número de pessoas num nível mínimo de subsistência. Nações tecnologicamente avançadas parecem ignorar os problemas enquanto o progresso econômico exceder o crescimento da população. Mas o aumento do produto nacional bruto pode ocultar a perda daquelas qualidades de vida que dão colorido e significado à existência, dão uma esperança ao futuro e alegria à vida cotidiana. A pergunta sobre quantas pessoas podem ter oportunidade de viver uma vida plena e satisfatória é uma das coisas que mal começamos a analisar. No entanto, em uma região depois da outra, o crescimento está-se revelando desastroso, quer seja o crescimento de populações de sustentação num país empobrecido, ou a expansão desordenada de subúrbios de classe média num país próspero, desfigurando a diversidade natural e criando um mundo de uniformidade e insatisfação.

A questão sobre que espécie de ambiente o povo prefere é das que merecem estudo bem maior mais minucioso do que foi feito até agora. Sabe-se que as pessoas sempre diferirão uma das outras. Por isto se espera que as diferenças humanas possam ser mantidas e satisfeitas num mundo que ainda tem espaço para a diversidade.

COMO DIFERENCIAR UM TUMOR BENIGNO DE UM MALIGNO

Há duas espécies de tumores: benignos e malignos. Estes últimos constituem o câncer. Os tumores benignos têm influência apenas local e ficam circunscritos ao ponto onde aparecem: não se espalham pelo organismo. Entretanto, devem ser removidos, também, pois, podem produzir sintomas locais desagradáveis. Todavia, o tumor benigno é mais fácil de tratar.

Os tumores malignos têm estrutura microscópica, especial. São constituídos de células modificadas, facilmente reconhecíveis pelo especialista. Essas células não respeitam o limite dos tecidos a que pertencem e se intrometem pela vizinha, desobedecendo todas as regras que caracterizam o equilíbrio biológico. Esse equilíbrio visa a manter a harmonia. O tecido canceroso desobedece todas as regras da boa vizinhança e desrespeita o mecanismo que regula a multiplicação das células e o crescimento dos tecidos.

● A descontrolada exposição aos raios X e a outros tipos de irradiação ionizante, também produz câncer. Depois que foram lançadas as bombas atômicas, as populações atingidas por quantidade suficiente de irradiação desenvolveram numerosos tipos de câncer — leucemia, principalmente.

● Há também o chamado câncer profissional, produzido por agentes diferentes, físicos ou químicos.

Na Índia é muito conhecido o câncer ligado ao hábito de mastigar a chamada noz de bétel.

● Nos nitritos, usados para conservar carnes e peixes, podem ser os responsáveis indiretos pelo aparecimento do câncer do estômago e do esôfago.

● Fumar cigarros favorece o aparecimento do câncer do pulmão. O câncer pulmonar incide 300 vezes mais entre os que fumam cigarros do que entre os não fumantes; o risco que corre o fumante é proporcional ao número de cigarros fumados por dia, e à duração do hábito.

Não há prova que fumar cigarros com filtro possa reduzir a incidência do câncer do pulmão. As pesquisas continuam nesse sentido. Desenvolver filtros realmente úteis e cigarros não nocivos à saúde, inclusive cigarros não de tabaco, mas de outra substância inócua para a saúde, está sendo tentado.

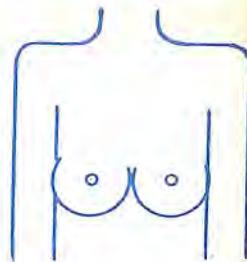
O câncer do pulmão é mais freqüente no homem do que na mulher na proporção de 6 para 1. O aumento da incidência do câncer do pulmão é tão acentuado que os homens acima de 45 anos devem ser especialmente alertados contra esse perigo, principalmente se são grandes fumantes. Tudo indica que se o homem não fumasse teria menos câncer. O adolescente não deveria nunca começar a fumar!

● Os contaminantes do ar são motivo de grande preocupação para os governos atuais. Considera-se, hoje, que a poluição representa uma possível causa do câncer pulmonar: a incidência desse tipo de neoplasia maligna é muito mais freqüente nas cidades do que no campo. De qualquer modo, respirar ar poluído é altamente nocivo para a saúde em geral.

● Determinado tipo de câncer ósseo pode ser causado por uma pancada. Não há provas, todavia, de que uma batida em parte mole, como o seio, possa ser a causa de um câncer.

● Comer alimentos muito quentes pode produzir câncer. É possível que a temperatura da comida tenha alguma relação com o desenvolvimento do câncer. Ingerir bebidas fervendo, como é hábito no Sul do Brasil, pode ser o fator responsável pela alta freqüência geográfica de casos de câncer do esôfago.

É muito fácil fazer uma verificação pessoal sobre a possibilidade de existência de tumor maligno do seio, seguindo a seqüência das figuras numeradas. No caso de dúvida, procure o médico.



O câncer da próstata é freqüente? E qual a idade mais perigosa?

Esse tipo de câncer é muito freqüente entre os homens mais idosos, que devem precaver-se, sobretudo se têm mais de 60 anos. O exame deve ser feito pelo especialista e incluir o toque retal, radiografias e, eventualmente, pequena e simples biópsia.

O fibroma também pode ser câncer?

O fibroma ou mioma uterino é um tumor benigno relativamente freqüente, que não guarda relação com o câncer.

Há perigo de câncer na menopausa?

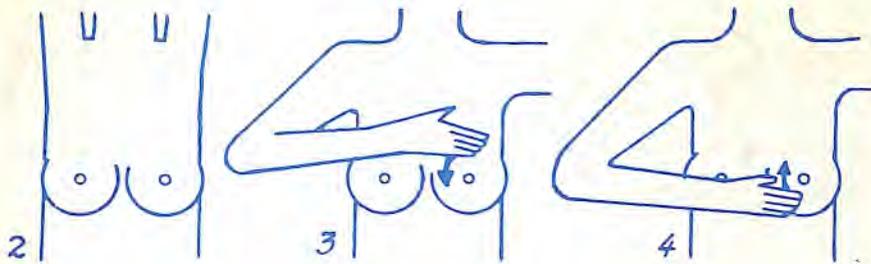
Sim, pois é nessa idade que a mulher está mais sujeita a um ataque do inimigo; qualquer perda de sangue depois da "mudança de idade" deve ser imediatamente levada ao conhecimento do médico e investigada.

O câncer é mais freqüente entre as mulheres solteiras ou entre as casadas?

O câncer do seio é mais freqüente entre as mulheres virgens e entre as casadas que não amamentaram. Parece, que a amamentação protege a mulher contra o câncer do seio.

As que têm uma vida sexual muito ativa, e começada mais cedo, estão mais predispostas ao câncer do colo uterino. Todavia, o exame preventivo periódico é cem por cento eficiente para prevenir o câncer do colo uterino, e TODAS AS MULHERES devem fazê-lo, uma ou duas vezes por ano.

**CAMPANHA
GRATUITA
UTILIDADE
PÚBLICA**



INDÍCIOS DE CÂNCER

● Hemorragia

Qualquer hemorragia deve ser investigada, rigorosamente, a fim de que se possa verificar se é provocada por algum tipo de câncer. Hemorragia de origem retal ou da bexiga, deve ser cuidadosamente investigada. Hemorragia vaginal anormal, sobretudo após a menopausa, é sempre suspeita. Até ficar provado que esses tipos de hemorragia não são causados pelo câncer, o estudo do doente deve prosseguir.

● Sangue nas fezes

É prova de sangramento retal. Pode ser indicio de câncer ou ser causado por outras doenças. É essencial o exame rigoroso de todas as pessoas que apresentam sangue nas fezes. As pessoas que têm hemorróida devem ser bem estudadas para evitar o diagnóstico parcial.

● Dor

Quando se trata de tumor ósseo ou do tecido nervoso, a dor, habitualmente, é um sintoma tardio e, quando surge, é porque o tumor já está adiantado. Nem todos os tipos de câncer produzem necessariamente dor. Até pelo contrário — os tumores inicialmente dolorosos geralmente não são malignos.

● É possível diagnosticar um câncer do estômago?

O câncer do estômago produz uma série de sintomas e, entre eles, o mais comum é a indigestão, sob vários aspectos. Quando esses sintomas persistem por 15 dias o médico deve ser consultado e o exame radiológico do estômago deve ser feito. Em certos países, como o Japão, onde o câncer do estômago é muito freqüente, as pessoas de meia-idade são sistemática e periodicamente examinadas, usando-se aparelhos especiais, que permitem olhar, e fotografar, o próprio estômago, por dentro.

Consegue-se, assim, diagnosticar o câncer do estômago ainda no início e curar 90% dos doentes.

● Exposição demorada ao Sol pode causar o câncer da pele.

O câncer da pele ocorre, freqüentemente, em pessoas de pele clara, que ficam muito expostas ao Sol, como acontece com os pescadores, agricultores, guardas salva-vidas e, as antigas lavadeiras.

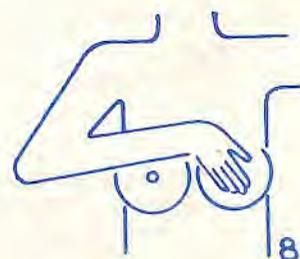
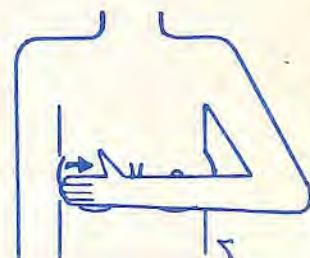
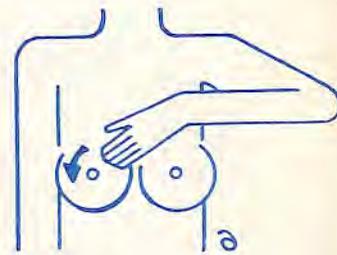
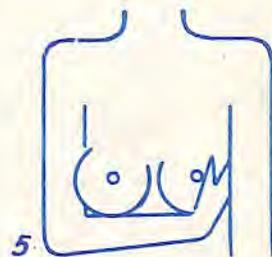
O CÂNCER APARECE EM QUALQUER IDADE?

O câncer é muito mais freqüente entre os adultos mais velhos, mas surge, também, no jovem adulto, nos adolescentes e nas crianças. Há mesmo certos tipos de câncer que só aparecem nas crianças.

Quanto tempo pode ser deixado um caroço no corpo "para ver o que acontece"?

"Prevenir é melhor que curar"! É um chavão, mas um chavão muito certo e absolutamente fundamental no combate ao câncer. Nunca espere o dia de amanhã. Quando sentir qualquer anormalidade em seu corpo, consulte logo o médico. Depois, talvez, seja muito tarde.

**CÂNCER
HUMANO
TEM CURA
sinais de perigo**



CEARÁ

Jornada de Educação Alimentar

No Município de Quixeramobim Ceará, realizou-se vasta programação sobre Educação Alimentar com um envolvimento de amplo alcance.

Foram mobilizados 27 estabeleci-

mentos de ensino da zona urbana e rural, atingindo diretamente a 5 000 escolares, com mais de 100 palestras, cartazes, folderes, circulares, além dos programas de rádio diariamente

levados ao ar, que atingiram a toda região centro do Estado.

Estes programas divulgaram palestras de educadores, trabalhos dos escolares sobre o valor nutritivo dos alimentos regionais e fornecidos pela CNAE.

Estiveram à frente desta programação que durou 15 dias, a Extensionista da ANCAR-CEARÁ, a Supervisora da CNAE e diretores de vários estabelecimentos de ensino, recebendo franco apoio da Prefeitura e Secretaria de Educação do Município. (Serviço de Extensão Rural do Ceará, ANCAR-Ceará).

1.º CALENDÁRIO AGROPECUÁRIO DE EXPOSIÇÕES

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

COORDENADORIA PARA ASSUNTOS RELATIVOS À CRIAÇÃO DE ANIMAIS DE GRANDE PORTE

| LOCAL | PERÍODO | | INTERVALO ENTRE EXPOSIÇÕES | DENOMINAÇÕES |
|------------|----------|-------------|----------------------------|---|
| | MES | QUINZ. DIAS | | |
| Crato | Jul. | 2.ª 23/29 | | XIII — Exposição Centro-Nordestina de Animais e Produtos Derivados XIX — Exposição Regional Agropecuária de Crato |
| Sobral | Ago. | 1.ª 09/13 | 7 dias | V — Exposição de Animais e Produtos Derivados do Extremo Nordeste Brasileiro IX — Exposição Agropecuária e Industrial de Sobral |
| S. Pompeu | Ago. | 2.ª 24/27 | 8 dias | IV — Exposição Agropecuária do Sertão Central |
| Iguatú | Set. | 1.ª 06/10 | 7 dias | XII — Exposição Agropecuária e Industrial de Iguatú |
| Itapipoca | Set. | 2.ª 21/24 | 8 dias | II — Exposição Agropecuária da Zona da Ruburetama |
| Maranguape | Out/Nov. | 1.ª 29/05 | 29 dias | XI — Exposição Agropecuária e Industrial de Maranguape |
| Fortaleza | Dez. | 1.ª 03/10 | 19 dias | IV — Exposição Nordestina do Gado Leiteiro VII — Exposição Norte-Nordeste de Animais e Produtos Derivados XVII — Exposição Agropecuária e Industrial do Ceará |

PIAUI

Política de Preços Mínimos

Interessante trabalho articulado vem sendo desenvolvido no Piauí, visando a operação da Política de Preços Mínimos, com o objetivo de co-

mercializar a safra que se inicia no mês de maio.

Dentro do esquema traçado, serão mobilizados os seguintes órgãos:

Ministério da Agricultura, através da CFP, do Acordo de Classificação e da CIBRAZEM;

Banco do Brasil, com financiamento através de 13 agências;

Governo do Estado através da Secretaria da Agricultura, na implantação de 10 armazéns com a capacidade média de 3.000 (três mil toneladas) cada um.

Por outro lado, a divulgação da referida Política, já foi iniciada em 90

dos 114 municípios piauienses, para a qual foram mobilizados 50 técnicos da Secretaria da Agricultura e do Serviço de Extensão Rural do Piauí — (ANCAR-PIAUI), através de palestras, reuniões, folhetos e faixas, motivando os produtores rurais para se beneficiarem do importante estímulo governamental que, na safra do ano passado, garantiu aos agropecuaristas a comercialização da produção por preços justos, ou seja, ao nível dos preços estabelecidos pelo Governo Federal, quando antes dessa conjugação de esforços, os preços normalmente atingiam apenas à metade daqueles estabelecidos pela C.F.P. (ANCAR-PIAUI).

PERNAMBUCO

Deficiências minerais nas pastagens brasileiras

Estudos feitos por diversos Institutos de Pesquisas Agropecuárias do Brasil, indicam as principais deficiências minerais encontradas em nossas pastagens. De uma maneira geral pode-se resumir os atuais conhecimentos sobre deficiências minerais em pastagens de bovinos no Brasil, da seguinte forma:

1. COBALTO — é comum a deficiência desse mineral nas pastagens do Brasil, incidindo em grandes regiões do País.
2. IODO — é rara a deficiência desse elemento em nossas pastagens.
3. FÓSFORO — apesar dos poucos estudos sobre a deficiência do fósforo, algumas informações dão como existindo nas pastagens do Brasil, grande deficiência desse mineral, bem como de proteínas. Isso ocorre em pastagens de gramineas, durante cinco a nove meses por ano, coincidindo com a época de seca. Em algumas pastagens, ocorre deficiência desse mineral e de proteína durante todo o ano.

Decorrente dessas informações, observa-se a importância da mineralização do gado, quando criado de forma extensiva (AGRINFORME — M.A./PE).

Controle da anemia infeciosa equina

Ministro da Agricultura, considerando a Anemia Infeciosa Equina uma enfermidade capaz de apresentar

influências altamente negativas em nossa economia e na própria segurança nacional, estabeleceu medidas para o seu controle, determinando a constituição pelas Diretorias Estaduais do Ministério da Agricultura, de Comissões Estaduais de Controle, compostas de Médicos Veterinários das Defesas Sanitárias Animal do M.A. e da S. Ag., bem como do Jockey Club local e das Unidades de Cavalaria do Exército.

A essas Comissões, foi atribuída autoridade para:

1. Credenciar laboratórios oficiais e/ou particulares para realizarem exames de Anemia Infeciosa Equina.

2. Somente aceitar como válidos para o controle da referida doença, os exames realizados pelos laboratórios credenciados na forma da Portaria Nº 91 de 21 de março de 1972.
3. Proceder à avaliação dos animais a serem sacrificados.
4. Determinar o sacrifício dos animais diagnosticados positivos, com base nos exames realizados pelos laboratórios oficiais e/ou particulares por ela credenciados, devendo posteriormente ser encaminhado processo regularmente instruído para homologação do órgão competente do Ministério da Agricultura. (AGRINFORME-M.A./PE).

SERGIPE

Pintos são introduzidos na Granja Casa Branca

ANCARSE, através o seu Técnico Agrícola Jailson Silva, lotado no Escritório Municipal de Aracaju, orientou no dia 2 último, a introdução de 600 pintos marca Neat Nick, na Granja Casa Branca, de propriedade do Sr. José Cardoso Neto, no Município de São Cristóvão. A Granja Casa Branca, receberá toda a assistência técnica da ANCARSE, que já foi iniciada com a introdução do primeiro lote de pintos, e abrangerá profilaxia, manejo etc., até o tempo de comercialização.

ANCARSE vê situação leiteira de Sergipe

ANCARSE, através o Médico Veterinário Jorge Cysne Gurgel e o Engenheiro-Agrônomo João Bosco de Andrade Filho, ambos lotados no Escritório Municipal de Aracaju, vem desenvolvendo um trabalho de motivação

com pecuaristas, no que tange ao gado de leite, objetivo do mais recente convênio assinado entre o Ministério da Agricultura e a Associação Brasilei-



THUYA AVÍCOLA SIMÕES

MEDICAÇÃO PREVENTIVA e CURATIVA DAS PIPOCAS (OU CAROÇOS) DOS PINTOS, GALINHAS, PERUS, MARRECOs, PATOS, POMBOS, PÁSSAROS E AVES EM GERAL

Para o Interior enviamos pelo reembolso postal, e também a venda à Rua do Matoso, 33-Rio-GB e Praça João Mendes, 31-S. Paulo

ra de Crédito e Assistência Rural — ABCAR —, denominado PLAMAM — Plano de Melhoramento do gado leiteiro.

O PLAMAM, que tem a ANCARSE como executora, já deu os primeiros passos em contatos mantidos com pecuaristas, colhendo informações, tomando ciência do que se passa no Estado. Segundo declarações dos técnicos da ANCARSE, envolvidos no Projeto, que viram de perto a situação em que se encontram os rebanhos leiteiros, "as instalações não dispõem do mínimo indispensável em higiene, as pastagens se mostram deficientes e o raríssimo uso de concentrados — sem o mínimo controle — vêm ocasionando baixa produtividade". Os pecuaristas quando são interrogados e aconselhados quanto à melhoria do manejo, mostram-se desinteressados, argumentando sobre a dificuldade de colocação do produto a preços baixíssimos, ocasionados pela venda indiscriminada do leite *in natura*, muito embora exista decreto que proíbe a venda do leite sem antes ter sido beneficiado — processo de pasteurização.

Porém, dos primeiros contatos com os pecuaristas, a ANCARSE já sente os efeitos positivos de receptividade, quando da solicitação de elaboração de projetos, em número de 4, que se reverterão em montante superior a Cr\$ 700 mil.

Dez anos de extensão rural

Tendo em vista o recém transcurso do décimo aniversário da ANCARSE o Superintendente da SUDAP, Eng^o Agr^o Edimilson Machado de Almeida, divulgou a seguinte mensagem:

"Ao ensejo da passagem do 10^o ano de atuação da ANCARSE — ASSOCIAÇÃO NORDESTINA DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL DE SERGIPE, período em que marcou positivamente sua presença na introdução de recursos financeiros, novas técnicas de trabalho e nova mentalidade no processo de produção agrícola do Estado, modificando, com isso, a paisagem humana e econômica da Região, a Superintendência da Agricultura e Produção — SUDAP —, sente-se no dever de tributar à Entidade, publicamente, o penhor do mais profundo reconhecimento dos seus dirigentes, técnicos e servidores burocráticos, na confortável certeza de traduzir com esta MENSAGEM também o pensamento de toda comunidade sergipana, que hoje identifica na ANCARSE um poderoso instrumento de promoção e desenvolvimento econômico-social."

GOIÁS

Aditivos melhoram qualidade e palatabilidade de silagem

○ armazenamento de forrageiras representa passo fundamental no provimento da alimentação dos rebanhos na época de escassez das pastagens. Consciente da importância dessa prática, a Seção de Agrostologia do IPEACS realizou quatro ensaios de ensilagem, visando a conservação e aproveitamento das seguintes espécies:

1. *Sorgo hum vulgare Pers.* (sorgo Santa Luzia);

2. *Penisetum purpureum Schum* (capim elefante napier);
3. *Tripsacum fasciculatum Trin.* (capim guatemala);
4. *Panicum maximum Jacq.* (capim colômbio);
5. *Digitaria decumbens Stent.* (capim pangola).

No experimento foram essas gramineas ensiladas com e sem a utilização de aditivos. Todas elas melhoraram sua conservação quando incorporado o aditivo, sendo que apenas o sorgo torrageiro dispensou o seu uso, melhorando contudo sua palatabilidade, com a adição de cana ou melaço.

O capim pangola e o napier, quando se adicionou cana e melaço, deu uma silagem muito apreciada pelo gado. Os capins guatemala e colômbio, para serem medianamente apreciados, exigiram aditivos, os quais podem ser cana, melaço, metabissulfato de sódio ou sal. De todos os casos o processo mais econômico e que proporcionou melhores resultados, foi a adição de melaço a 4,5%, diluído em igual quantidade de água. (AGRINFORME — M.A/GD).

SÃO PAULO

COSESP estuda granizo

Para aproveitar a experiência internacional no setor e ao mesmo tempo oferecer a outros países as fórmulas que tem adotado com sucesso na implantação de seus serviços em São Paulo, embora estes ainda se encontrem em fase preliminar, a Companhia de Seguros do Estado de São Paulo (COSESP) acaba de ingressar na Associação Internacional das Seguradoras Contra o Granizo, que tem sede em Zurich, na Suíça.

Atualmente, cerca de 170 companhias e outros organismos seguradores são filiados da AISG, a maioria representando países da Europa, vindo depois os Estados Unidos, América do Sul, Austrália e África. A França, Itália e Alemanha são os países que contam com maior número de entidades filiadas, seguindo-se a Espanha, Holanda, Suíça, Dinamarca, Bélgica, Israel, Grécia e Turquia. Na América do Sul, além da COSESP, a mais nova filiada, são membros da AISG duas entidades argentinas: a Previsão Sociedade Cooperativa de Seguros e o Instituto Nacional de Resseguros da Argentina.

ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO

A Associação Internacional das Seguradoras Contra o Granizo foi funda-

da em 1951 e sua principal finalidade é promover o desenvolvimento do setor, motivo pelo qual divulga sistematicamente trabalhos e estudos realizados em suas regiões pelos diversos filiados, sobre novas modalidades do seguro ou novas medidas de prevenção na luta contra o granizo, além de experiências originais, como aconteceu recentemente a respeito do granizo artificial. Divulga ainda dados estatísticos do interesse do setor, tanto de ordem meteorológica como sobre frequência de sinistralidade, tarifas e indenizações.

A Associação promove também, periodicamente, congressos e outros encontros em um dos países-membros, quando são apresentados extensos estudos sobre problemas de interesse dos órgãos seguradores e dos lavradores em geral.

A COSESP, que seguindo a orientação do governador Laudo Natel, procura rapidamente expandir seus serviços, considera o ingresso na AISG como importante passo para o desenvolvimento do Seguro Rural no Estado.

MINAS GERAIS

Resultados da ACAR em Uberlândia

Dentro das metas do governo estadual para o setor agrícola mineiro, no ano agrícola 71/72 o Escritório Secional da ACAR em Uberlândia revela que foram plantados, com orientação tecnológica aliada ao crédito rural, 16.600 hectares de algodão.

Os 18 escritórios locais da seção trabalham em estreita integração com agências financiadoras, Secretaria da Agricultura, CASEMG, CAMIG e órgãos federais.

As sementes selecionadas, para melhor desenvolvimento e produção das culturas, foram gastas nas expressivas quantidades de 480 toneladas para o algodão, 250 toneladas de milho e 180 toneladas de arroz.

Também, 12.300 hectares de solo

foram conservados para manutenção da fertilidade e controle da erosão.

Consumiram-se, nas adubações, ... 9.000 toneladas de adubos e 3.800 toneladas de calcário. Perto de 3.900 hectares receberam tratamento com herbicidas e os agricultores fizeram 932 análises de suas terras.

Além disso, com vistas a acelerar a tecnologia agrícola, introduziram-se em 1971, 79 tratores, 153 arados para tratores, 138 plantadeiras, 68 cultivadores e 200 pulverizadores.

Ainda buscando conseguir informações locais sobre o comportamento das culturas, estão implantados 103 ensaios e demonstrações da FAO/ANDA/ABCAR e IPEACO (Sete Lagoas), nas culturas de milho, arroz, soja, algodão, amendoim e gergelim.

Extensão - Instrumento versátil de desenvolvimento

Eng.º-Agr.º Renato Simplicio Lopes

Extensão Rural, cuja principal meta é a promoção do homem, exige de seus programadores conhecimento amplo e interdisciplinar, para o alcance dos seus reais objetivos.

Para que a ação extensionista se torne eficiente, é necessário haver uma definição clara desses objetivos, que devem ser alcançados com a menor soma de recursos possível. Deve haver ainda um clima de satisfação entre as pessoas que executam o trabalho de extensão. Aliás, estes princípios são aplicados a qualquer tipo de organização, e sua observância contribui substancialmente para se evitarem os freqüentes deslocamentos de objetivos, os conflitos de papéis entre os membros da organização, e os costumeiros desajustes entre fins e meios.

O presente artigo se propõe a abordagem resumida de aspectos julgados importantes para uma programação racional em Extensão Rural. Trata-se apenas de uma aproximação ao problema.

Aspecto que nos parece primordial é o estabelecimento de um quadro

geral de referência, a fim de procurar-se delimitar a influência da Extensão.

Atividade desenvolvimentista

Nossa percepção é a de que a Extensão Rural apresenta várias alternativas de contribuição para o desenvolvimento de um país. Apesar de não ser uma panacéia para os problemas do desenvolvimento rural, pode pela sua filosofia, flexibilidade e característica educacionais, adaptar-se a diferentes situações políticas, econômicas e culturais. Devidamente instrumentalizada poderá dar sua grande contribuição ao desenvolvimento global.

A Extensão Rural se relaciona basicamente, ao desenvolvimento agrícola, e este ao desenvolvimento global. A primeira dificuldade está em se definir desenvolvimento, cujos conceitos são variados, com múltiplas implicações. Em geral, as definições são bastante difusas e de difícil operacionalização, mas sabe-se, pelo menos, que há aspectos multidimensionais, envolvendo variáveis econômicas, psico-sociais, políticas, religiosas, etc. O desenvolvimento agrícola, como parte do

desenvolvimento global, também apresenta as mesmas características, mas aceita-se que, pelo menos, ele visa a obtenção de maior produção, maior produtividade e aumento das oportunidades de realização pessoal nos campos econômico, social e político.

O desenvolvimento global também apresenta esses três aspectos, podendo-se aceitar os três tipos de desenvolvimento: o político, o sociológico e o econômico. Não é nosso objetivo detalhar, neste trabalho, o tema desenvolvimento. Entretanto, aceitaremos que o desenvolvimento é multidimensional, e, entre outros objetivos, visa ampliar as oportunidades individuais, maior justiça social, maior fluxo de renda real. A Extensão, colocada nesse contexto, encontra-se com o problema de definir sua área de ação e seus objetivos.

Como processo educacional, terá que estabelecer seus objetivos, suas metas e estratégia de ação, procurando influir no desenvolvimento do setor agrícola. Terá de considerar a relação inter-setorial e os aspectos de decisão política vigentes, a fim de maximizar os seus efeitos, nunca assumindo posição passiva, mas procurando influenciar as decisões políticas nos aspectos julgados importantes para o desenvolvimento rural.

Mais especificamente no setor agrícola, a Extensão terá que empenhar-se no aumento da produção e da produtividade. De maneira complementar, terá que agir junto a agricultores, organizações, líderes e governos, em diferentes níveis, para assuntos de mercado, transporte, distribuição de incentivos, crédito, planos de desenvolvimento, projetos de colonização, etc.

De maneira ainda mais específica, a Extensão terá que difundir novas técnicas, atuando diretamente com os agricultores.

No campo da promoção social, terá que agir em atividades visando a aumentar a flexibilidade e o aproveitamento da mão-de-obra, através de treinamentos vocacionais e aspectos correlatos; terá que promover o jovem rural, integrando-o no processo de desenvolvimento do País; terá que melhorar o nível de saúde, elevando o padrão alimentar e melhorando as condições sanitárias da população rural.

Uma vez traçado o quadro de referência, ainda que amplo e, em mui-

tos aspectos, difuso, cabe-nos agora selecionar alguns conceitos e idéias que possam ser importantes para a programação da Extensão.

CONCEITOS BÁSICOS PARA PROGRAMAÇÃO

O primeiro conceito cuja compreensão se faz imprescindível é o de *desenvolvimento agrícola*. A este já nos referimos. Trata-se de assunto complexo e de difícil operacionalização. Há diferenças de enfoque e muitos aspectos podem ser objeto da Extensão Rural. Dentre esses estão a introdução de tecnologia, certos tipos de mudanças sociais, deslocamentos de mão-de-obra, relação inter-setorial, e outros aspectos micro e macro-econômicos.

Outro conceito de grande importância é o das *barreiras atitudinais e comportamentais*, do desenvolvimento agrícola. O conhecimento dessas barreiras é de grande valia para a predição das ações individual e grupal, levando-se em conta as condições estruturais. Uma vez que a Extensão visa provocar mudanças nos indivíduos e nos sistemas sociais, o conhecimento do conceito em pauta e suas implicações é de inestimável valor, principalmente quando se sabe que qualquer mudança envolve aspectos cognitivos, de valor e, muitas vezes, emocionais.

Barreiras estruturais, outro conceito importante porque permite avaliar as limitações da Extensão como mecanismo de mudança. As barreiras estruturais agem facilitando ou impedindo as inovações nos padrões de interação, no funcionamento das organizações, e outros. *Mudança social*, conceito que dá elementos indispensáveis à compreensão dos mecanismos capazes de provocar mudanças estruturais, mostrando assim aquilo que deve ou não ser objeto da Extensão Rural, de acordo com o regime político vigente e outros fatores que poderiam comprometer a própria existência da Extensão como meio de provocar mudanças. Mostra também a correlação de mudanças em diferentes setores e suas influências recíprocas, oferecendo grande contribuição ao estabelecimento de objetivos e estratégia de ação.

Processos de especialização, integração e adaptação, essenciais para a compreensão da mudança na estrutura e nas funções do sistema social e a relação dos sistemas sociais com outros sistemas.

A compreensão desses processos pode contribuir para melhor definição dos objetivos da Extensão, pelo conhecimento que oferecem sobre as mudanças na sociedade rural ao pas-

sar pelas diferentes fases de sua transformação, no "continuum" agricultura tradicional agricultura moderna. Mostra também aspectos de inter-relacionamento do setor rural com outros setores e as conseqüências recíprocas das mudanças nos setores agrícola e não-agrícola.

Sociedade tradicional. O conhecimento da natureza e das diferenças entre as sociedades tradicionais oferece grande ajuda para compreenderem-se as razões que levam algumas a ingressar mais rapidamente na fase do desenvolvimento. A Extensão, logicamente, poderá lucrar em sua programação pelo maior entendimento das sociedades camponesas, objeto específico de sua atuação.

Para adoção de estratégia e metodologia adequadas de mudança, serão de grande utilidade os conhecimentos sobre a economia da sociedade rural tradicional, o poder do camponês, a estrutura de classes, a autoridade, as características de personalidade, entre outros.

Obstáculos políticos ao desenvolvimento. Tendo-se em vista o quadro de referência, o conhecimento dos obstáculos políticos e suas implicações servirá para que se reconheçam as limitações da Extensão e se planejem mudanças, dentro de uma realidade objetiva.

A consideração de aspectos importantes da política de desenvolvimento do País, das bases do desenvolvimento industrial e de seus rumos, das conseqüências da industrialização nas mudanças estruturais, das lutas pelo poder entre grupos oligárquicos, da influência do setor agrícola no desenvolvimento industrial do País, das conseqüências políticas das mudanças sociais e da arbitragem militar, entre outros fatores, permite ao programador esboçar um quadro de situação real que servirá para ajudar a compreensão das limitações e possibilidades da Extensão Rural.

Pesquisa e experimentação, fundamentais para o desenvolvimento. A Extensão pouco poderá fazer em sua tarefa de modernização da agricultura se não dispuser de conhecimentos tecnológicos capazes de modificar os índices de produtividade dos diferentes fatores da produção. Somente a pesquisa objetiva poderá dar respostas sobre a melhor maneira de combinar os fatores disponíveis a fim de minimizar os custos e maximizar as rendas.

Cumprе ressaltar, também, a necessidade de pesquisas em outros campos que não o técnico-agronômico. As pesquisas sociais poderão contribuir grandemente para a compreensão e

solução dos problemas de natureza política e social, e suas relações com a problemática agindo como obstáculo ao desenvolvimento rural em sua concepção ampla.

Mercado de trabalho e migração de mão-de-obra, importante para a Extensão Rural, possibilitando melhor abertura para a orientação de sua atividade na capacitação de mão-de-obra agrícola. Nesse assunto, convém ressaltar a possibilidade que se abre para a Extensão, e definir sua posição relativa ao treinamento de mão-de-obra destinada à agricultura e a outros setores.

Merecem menção especial os aspectos de mobilidade de mão-de-obra no sentido rural-urbano, entre regiões, e as possibilidades de absorção pelos diferentes setores.

O conhecimento dos aspectos de migração e mercado de trabalho, dos reflexos da modernização da agricultura, dos efeitos dos salários mínimos, dos efeitos educacionais sobre a mobilidade e absorção de mão-de-obra são do maior interesse no estabelecimento de objetivos e estratégias de trabalho com a população rural. Muito há que fazer sobre o assunto, incluindo pesquisas sobre mercado de trabalho, para apurar a demanda e o tipo de empregos disponíveis, a fim de informar as comunidades rurais; despertar as autoridades para as atividades industriais que consomem mais mão-de-obra e que produzem produtos de maior consumo pela população, em face de seu poder aquisitivo, inclusive através de incentivos especiais, etc.

Muitas outras idéias e conceitos poderiam ser aditados aos já apresentados. Poderiam ser incluídos ainda o papel das instituições, eficiência da empresa agrícola, conceitos de planejamento e diversos outros pertinentes ao tema da discussão. O assunto, como foi dito, é complexo e motivo de muitas especulações. No entanto, pretendemos apenas lançar algumas luzes sobre as implicações da Extensão Rural no processo de desenvolvimento, com o objetivo de fornecer indicações àqueles que militam neste campo de atividades.

Como conclusão, pode-se afirmar que o assunto abordado, poderá clarear um pouco mais os horizontes para a programação de atividades da Extensão, principalmente se os pontos abordados forem considerados em termos de alternativas por aqueles que mantêm o poder de decisão e de legitimação do serviço de Extensão Rural no país, em seus diferentes níveis.

Marmelo dá dinheiro

Eng^o.-Agr^o. José Ferreira Cambrala
Especialista em Fruticultura, ACAR-LABRAS

A cultura do marmelo vem, dos tempos coloniais, penetrando por São Paulo, infiltrando-se mais tarde no Sul de Minas, região que chegou a ocupar um lugar de destaque na produção frutícola do País. Nessa área, ficou-se principalmente nos municípios de Delfim Moreira e Marmelópolis, em certa época considerados os maiores produtores de marmelo do mundo. Com o aparecimento de uma doença chamada *entomosporiose*, conhecida entre os fruticultores por "*requeima*", e as dificuldades de controlá-la na época de seu aparecimento, a produção começou a declinar.

O declínio acentuou-se quando começaram a aparecer dificuldades para que as indústrias de doce absorvessem a produção regional.

Essas foram as causas da queda do rendimento médio da cultura até chegar ao índice insignificante de 2 quilos de fruta por marmeleiro.

Ultimamente, as indústrias estão operando com capacidade abaixo do normal, necessitando, pois, de mais matéria-prima para a produção de marmelada. Resolvidos também os problemas de controle à *requeima*, a cultura vem ressurgindo no Sul de Minas. Tem aumentado também o interesse pela mesma em outras regiões do Estado, inclusive na região Centro-Oeste. Já existem alguns produtores nessa região, localizados em Campo Belo e Bom Sucesso. Esses agricultores estão obtendo resultados animadores, apesar das condições ainda precárias de exploração.

O mais importante para a região Centro-Oeste é que já existe a estrutura de comercialização garantida. A CACISA, firma que opera com laticí-

nios, estabelecida em Campo Belo, com filiais em Cristais, Guapé e Illicínea, está muito interessada na expansão da cultura, uma vez que se dispõe a comprar toda a produção.

Em 1971, a firma processou uma pequena quantidade de frutas, com objetivo de teste, obtendo um produto de excelente qualidade e aceitação no mercado, conforme afirmação do diretor da empresa, Sr. Sílvio Costa.

A cultura do marmeleiro encontra condições favoráveis de adaptação nas regiões com altitude superior a 600 metros, em baixadas e encostas férteis e frescas. Com essas condições de meio, associadas às técnicas recomendadas para a cultura em questão, pode-se obter uma média de 20 quilos de fruta por planta e por ano. Teríamos uma produtividade de 20.000 quilos por hectare, por ano. Computando o preço do produto em torno de Cr\$ 0,54 quilo, pode-se obter uma receita bruta total de Cr\$ 10.000,00 por hectare. As despesas com a implantação da cultura são relativamente pequenas, considerando as altas produções obtidas e a longevidade da planta, uma vez que existem marmeleiros produtivos nas áreas de marmelocultura, com mais de 50 anos. Além disso existe hoje linha de crédito específica contemplando todas estas despesas de formação e condução dos marmelais.

Pode-se concluir perfeitamente que a marmelocultura merece uma atenção especial dos agricultores e dos técnicos, uma vez que poderá constituir-se em uma fonte de renda apreciável para a região Centro-Oeste, principalmente, que tem a comercialização garantida, e outras regiões do Estado, adaptadas a esta exploração frutícola. (ACAR/ARELP/45/72/sms.)



Marmelal restaurado



Frutos do marmelal restaurado

GUANABARA

Descoberto o processo de reprodução de uma planta rara

Técnicos do Instituto de Conservação da Natureza estudaram uma espécie muito rara, a "*Figueirilha*" (*Dorstenia hirta* Desvaux, Moraceae), até hoje só encontrada na Serra Carioca e Serra da Estrela, não existindo em outra parte do mundo. A des-

coberta do seu curioso e complexo modo de reprodução — geitonogamia associada à xenogamia — antes uma incógnita para a ciência, foi comunicada em 29 de março de 1972, à Sociedade de Biologia do Rio de Janeiro. Torna-se possível agora propa-

gá-la com facilidade, evitando a sua total extinção. Além de ornamental, tudo indica haver cumarina nos rizomas da "*Figueirilha*". (Secretaria de Ciência e Tecnologia da Guanabara, Boletim Informativo.)

ESPIRITO SANTO

Nova empresa de fertilizantes

Com a associação da Companhia Itaú de Fertilizantes e a Companhia Brasileira de Adubos (CBA), surge uma nova empresa: a *CBA-ITAÚ Fertilizantes S/A*.

As necessidades atuais e futuras do País, neste campo, são muito grandes e evidenciadas pelo interesse governamental em facilitar o desenvolvimento deste setor básico, por empresas nacionais.

A produção da CBA-ITAÚ das diversas formulações de fertilizantes à base de NPK, atingirá este ano 120 mil toneladas e 220 mil toneladas em 1973. Para tanto, a nova diretoria já está realizando os estudos para os investimentos necessários.

A Assembléia de Incorporação, realizada em março do corrente ano, fixou o capital da CBA-ITAÚ Fertilizantes em Cr\$ 10 milhões, com reservas para futuros aumentos.

Com técnica, milho produz mais

Há muita gente que segue fielmente o teste São Tomé, isto é; só acredita vendo!

Sabendo desse particular, os técnicos da ACARES, em Itaguaçu, reuniram um grupo de agricultores da localidade de Triunfo, na propriedade do Sr. Pedro Sepulcri, a fim de que os mesmos observassem os resultados do milho plantado certo.

Na propriedade de Pedro haviam sido plantados dois talhões de milho, do mesmo tamanho, com a mesma semente e com os mesmos tratamentos culturais.

Todos os agricultores presentes já estavam ansiosos para saberem o resultado da colheita. Fizeram então uma espécie de mutirão e começaram o trabalho da colheita do milho para a balança, a fim de que pudessem constatar a diferença existente entre os

dois plantios, isto é, o certo e o errado.

Os agricultores sabiam que realmente iria haver diferença, porém não acreditavam que ela seria tão grande de uma para outra. Pois bem, o plantio de milho errado com espaçamento de 1,0 por 1,0 metro com 4 a 5 plantas por cova, produziu numa área de 320 metros quadrados 117 quilos, enquanto que o plantado certo, com espaçamento de 1,0 por 0,40 centímetros com duas plantas por cova, produziu 195 quilos com a mesma área.

Desta forma, aplicando o teste São Tomé, todos sentiram a importância da técnica correta e voltaram para as suas propriedades certos da validade da visita e pensando em fazerem o mesmo que Pedro Sepulcri fez em sua propriedade, com a colaboração dos técnicos da ACARES.

billza ainda pela fiscalização junto ao agricultor para a aplicação racional do montante liberado pelos bancos. No último ano foram aplicados 41 milhões de cruzeiros, nesta modalidade de crédito rural, e as previsões para este ano sobem à casa dos 70 milhões de cruzeiros.

SUPORTE

Os financiamentos são aplicados pela Acarpa, na modalidade de crédito rural orientado. Isto quer dizer que o agricultor recebe o financiamento e é simultaneamente orientado pelos técnicos no sentido de aplicá-lo de maneira correta e dentro da moderna tecnologia agropecuária. Segundo os extensionistas daquele órgão, o crédito rural orientado atua assim como suporte para a introdução de novas técnicas no meio agrícola.

Os 20 milhões de cruzeiros aplicados no corrente ano foram liberados pelo Banco do Brasil, Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo-Sul, Banco Bamerindus, Banco do Estado do Paraná, Banco de Desenvolvimento do Paraná e Banco Nacional de Crédito Cooperativo, constituindo um total de 379 planos de financiamento. (ACARPRESS).

Convênio treinará dez mil paranaenses

Dez mil técnicos e jovens do interior paranaense serão treinados em dinamização de grupos, produção de alimentos, saúde e nutrição no corrente ano pela Acarpa mediante convênio firmado por aquela entidade com o Fundo das Nações Unidas para a Infância — UNICEF — Organização Mundial da Saúde — OMS — e FAO. A verba liberada pelo Unicef para o presente exercício soma a noventa mil cruzeiros e permitirá às extensionistas da Acarpa a realização de oitenta cursos, 44 dos quais já foram levados a termo.

Este convênio vem sendo mantido há três anos, e permitiu que fossem treinados 1.413 líderes rurais e técnicos em 1969; 6.689 em 1970 e outros 7.953 no último ano. Os cursos são desenvolvidos nas sedes dos municípios ou em distritos e têm a participação dos líderes rurais, e técnicos em agricultura, que por sua qualificação têm possibilidade de retransmitir às comunidades os ensinamentos adquiridos.

PARANÁ

Vinte milhões para agropecuária

Financiamentos da ordem de 20 milhões de cruzeiros foram canalizados para a agropecuária paranaense no corrente ano através da Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná — Acarpa. A liberação dos recursos partiu de entidades bancárias

que mantêm convênio com aquele órgão de assistência aos agricultores.

Com técnicos distribuídos em 66 escritórios no interior do Estado, a Acarpa procede à seleção dos candidatos a financiamento, estuda a sua viabilidade econômica e se respon-

INTEGRAÇÃO

Colaboram para a realização dos cursos, a Unicef (com uma verba prevista para este ano de noventa mil cruzeiros), as próprias comunidades e a Acarpa. Segundo o chefe do Grupo de Coordenação de Treinamento da Acarpa, Carlos H. Wolff, a participação financeira das comunidades permite integração e melhor equacionamento das responsabilidades comuns entre

os órgãos de assistência e as comunidades, no preparo de jovens e adultos com vistas ao seu desenvolvimento econômico e social. Os cursos que têm a duração média de dois a três dias, abordam os aspectos:

- ◆ saúde,
- ◆ produção de alimentos,
- ◆ nutrição e
- ◆ dinamização de grupos de adultos e jovens. (ACARPRESS).

SANTA CATARINA

As dimensões da fruticultura catarinense

Cerca de 380 agricultores catarinenses investiram, nos dois últimos anos, quase 8 milhões de cruzeiros na formação de pomares com árvores frutíferas de clima temperado. Tal investimento correspondeu ao plantio de 836 hectares com macieiras, ameixeiras, pessegueiros, nectarinas, videiras, num total de 468.500 frutíferas.

Tais foram os resultados obtidos nos dois primeiros anos do Projeto de Fruticultura de Clima Temperado (Profit) que, através da assistência técnica e creditícia, vem incrementando essa nova atividade em 15 municípios das regiões do Vale do Rio do Peixe, Campos de Curitiba e Campos de Lages. Para tanto os técnicos do Profit elaboraram e estão supervisionando projetos de financiamento da ordem de 4,5 milhões de cruzeiros com recursos do Banco do Estado de Santa Catarina, Banco do Brasil e BRDE.

Além dos 836 hectares orientados pelo Profit, existem em Fraiburgo cerca de 1.000 hectares cultivados com frutíferas de clima temperado sob a supervisão técnica das empresas "Reflorestamento Fraiburgo" e "Sociedade Agrícola Fraiburgo" (Safra).

Agrônomos elegem diretoria e inauguram sede social

A partir do dia 26 de fevereiro, os 400 profissionais de agronomia do Estado contam com sua sede social, localizada no bairro da Agrônômica, em Florianópolis.

PROJETO SUINOCULTURA PROMOVE CAPACITAÇÃO DE TÉCNICOS

Cerca de 110 técnicos participaram de 3 cursos em suinocultura ministrados por especialistas da ACARESC, Ministério da Agricultura, Associação Catarinense de Criadores de Suínos (ACCS) e Fomento da Sadia.

Os cursos, promovidos pelo Projeto Suinocultura, foram realizados na cidade de Concórdia e tiveram por objetivo capacitar 110 técnicos pertencentes à ACARESC, Ministério da Agricultura, Secretaria da Agricultura, Incra e Fomentos dos Frigoríficos Sadia, Frissulca e Seára.

Esses profissionais são responsáveis pela assistência técnica e creditícia aos suinocultores do Oeste, Vale do Rio do Peixe e Sul do Estado.

A programação dos cursos abrangeu aspectos ligados ao manejo, nutrição, sanidade, seleção de reprodutores, produção de alimentos e análise econômica de uma criação de suínos. Participaram ainda de visitas à Estação de Avaliação de Suínos, Estação Experimental, Posto de Melhoria Frigorífico Sadia e de excursões às propriedades demonstrativas de suinocultura localizadas no município de Xavantina.

A sede da Associação de Engenheiros Agrônomos de Santa Catarina (Aeasc), foi inaugurada com a presença do Governador Colombo Salles, do Secretário Glauco Olinger, da

Agricultura, do Professor Fausto Aita Gay, Presidente do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea) e de outras autoridades.

A sede, com 500 metros quadrados de área construída, tem uma sala de reuniões, restaurante e bar, secretaria, dependências para biblioteca, churrasqueira, devendo, em sua segunda etapa de construção, manter apartamentos para hospedar os associados do interior, quando em trânsito pela capital.

Além da inauguração de sua sede própria, a Aeasc elegeu, em Assembleia Geral, sua nova diretoria para o biênio 1972/73. Foi apresentada uma única chapa liderada pelo engenheiro Agrônomo Carlos Antônio Loch, Coordenador de Agricultura da Acaresc e Conselheiro do Crea da 10ª Região, tendo por companheiros de chapa os seguintes Engenheiros-Agrônomos Walter Antônio Casagrande, Vice Presidente; Hércules Arce, Secretário Geral; Álvaro Mullen da Silveira Filho e Antônio Nascimento Rotta, 1º e 2º Secretários; Renato Odécio Kock e Conrado Zimmermann, 1º e 2º Tesoureiros; Joaquim Falco Uriarte Netto, José Carlos Soares da Fonseca e João de Assis Dalle Ore, nos Departamentos Técnico, de política profissional e social, respectivamente.

Fruticultura catarinense importa tecnologia japonesa

Govêrno de Santa Catarina entrou em entendimentos com o Consulado Japonês de Porto Alegre, no sentido de trazer para o Estado dois técnicos japoneses, especialistas em fruticultura de clima temperado.

Os técnicos, requisitados mediante convênio entre os Govêrnos do Brasil e do Japão deverão ser especialistas em nutrição e doenças de árvores frutíferas, e atuarão junto à Estação Experimental de Videira para atendimento ao Projeto de Fruticultura de Clima Temperado que se desenvolve nas regiões dos Campos de Lages e Vale do Rio do Peixe.

Atualmente o Governo japonês mantém em Santa Catarina o engenheiro agrônomo Kenshi Ushirozawa, realizando trabalhos de pesquisa em macieiras e outras frutíferas de clima temperado.

É HORA DE PRODUZIR MAIS E MELHORES ALIMENTOS PARA EXPORTAR OS EXCEDENTES A PREÇOS INTERNACIONAIS.

AQUI ESTÁ A SUA OPORTUNIDADE DE PARTICIPAR DO DESENVOLVIMENTO DA VIDA RURAL BRASILEIRA. "A LAVOURA" LHE DARÁ ESSE PRIVILÉGIO DE SERVIR AO BRASIL.

VOCÊ TEM 4 MANEIRAS DE FAZE-LO:

- 1º — Autorize uma programação de anúncio;
- 2º — Tome uma assinatura desta Revista (Cr\$ 15,00). A mais antiga revista agrícola do Brasil;
- 3º — Envie-nos fotos e slides de sua propriedade e assuntos de seu interesse;
- 4º — Preencha e recorte os modelos abaixo e remeta-os pelo correio à redação de "A Lavoura".
Av. General Justo, 171 — 2º andar ZC-39 — Rio de Janeiro, GB.

Revista bimestral de circulação entre sócios da Sociedade Nacional de Agricultura, Federações, Sindicatos, Rede ABCAR, Associações Rurais do Brasil, Autoridades federais e estaduais, Câmaras de Comércio do Brasil e do Exterior, Empresas agropecuárias, Fazendeiros, Agricultores, Criadores e Exportadores.

75 ANOS A SERVIÇO DA VIDA RURAL

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

RECORTE AQUI E REMETA À REDAÇÃO

AUTORIZAÇÃO DE ANÚNCIO — 1972/73

| | | | | |
|------------|--------------------------|----------|--------------------------|----------|
| | | 1 Vez | | 6 Vezes |
| 1 página | <input type="checkbox"/> | 2.000,00 | <input type="checkbox"/> | 1.800,00 |
| 2/3 página | <input type="checkbox"/> | 1.700,00 | <input type="checkbox"/> | 1.530,00 |
| 1/2 página | <input type="checkbox"/> | 1.300,00 | <input type="checkbox"/> | 1.170,00 |

AUTORIZO a programação abaixo especificada dos nossos anúncios nos espaços indicados:

| TÍTULOS | ESPAÇO | TÍTULOS | ESPAÇO | OBSERVAÇÕES |
|---------------|-----------|---------------|-----------|-------------|
| Nº 1/73 |Pág. | Nº 4/73 |Pág. | |
| Nº 2/73 |Pág. | Nº 5/72 |Pág. | |
| Nº 3/73 |Pág. | Nº 6/72 |Pág. | |

Firma: Data...../...../19.....

Endereço: Cidade:

..... Função na Empresa:.....

(Assinatura)

Cobrança:

AUTORIZAÇÃO DE ASSINATURA DE A LAVOURA PARA O ANO INICIADO EM.....

Nome: QUALIFICAÇÃO:

Endereço: Cidade: Estado:.....

Nome da propriedade: Distrito:

Estou enviando com este cupom Cr\$ 15,00 para assinatura da revista A LAVOURA em Cheque Vale Postal

Data:...../...../19.....

- | | |
|---------------------------------------|-----------------------------------|
| <input type="checkbox"/> LAVOURA | <input type="checkbox"/> GRANJA |
| <input type="checkbox"/> FRUTICULTURA | <input type="checkbox"/> PECUÁRIA |
| <input type="checkbox"/> SILVICULTURA | <input type="checkbox"/> |

.....
(Assinatura)

CRÉDITO RURAL MULTIPLICA RENDA DO SUINOCULTOR



Através do Crédito Rural Educativo, o Serviço de Extensão Rural — ACARESC, coloca recursos financeiros nas mãos dos agricultores para que consigam maior produtividade em seus empreendimentos. Esta modalidade de trabalho — **Crédito Rural Educativo** —, é feita em conjunto com os Bancos, junto aos quais, a ACARESC mantém convênio. O Banco fornece o dinheiro, e o Serviço de Extensão a assistência técnica.

As entidades bancárias que mantêm convênio com a ACARESC, para aplicação desses recursos, são: Banco do Brasil, Banco do Estado de Santa Catarina, Banco Regional do Desenvolvimento do Extremo Sul, Banco Nacional do Comércio e Banco Nacional de Crédito Cooperativo.

No ano que passou — 1971 — foram atendidos 7.472 agricultores, com financiamentos no valor de
Cr\$ 27.353.725,50.

MAIS INVESTIMENTO

Dentre os diversos projetos financiados através do Crédito Rural Edu-

cativo destaca-se a SUINOCULTURA. Cerca de mil e seiscentos suinocultores receberam financiamentos da ordem de Cr\$ 7.483.671,40 (Cr\$1,3 milhão a mais que em 1970) representando 34,2% dos empréstimos deferidos no ano que passou.

Esses agricultores receberam assistência técnica e tiveram suas propriedades planejadas por agentes do Serviço de Extensão Rural.

Do total financiado, 74% destinou-se a investimentos assim distribuídos:



| | |
|--|---|
|  | Área ocupada com milho 9,7 ha |
|  | Área ocupada com soja 3,2 ha |
|  | Área ocupada com mandioca 0,8 ha |
|  | Produção de suínos a vender/ano . 71 |
|  | Valor das vendas (preços atuais)-10.000,00 |
|  | Números de criadeiras 6 |
|  | Animais vendidos p/ criadeiras/ano 12 |
|  | Renda total da empresa (venda de porcos e outros produtos) - Cr\$ 13.000,00 |



As empresas financiadas apresentaram as características acima especificadas, em média.

Apesar das intempéries, a produção de milho será dobrada nas propriedades que receberam assistência técnica creditícia em 1971.

- Construções rurais 39%
- Reprodutores de raça 14%
- Máquinas e equipamentos agrícolas 10%
- Fertilizantes e corretivos 11%

22% destinou-se às despesas de custeio:

- Rações para suínos 20%
- Sal mineral 1%
- Sementes selecionadas 0,6%
- Vermífugos e vacinas 0,4%

Do total emprestado, foram aplicados em corretivos e fertilizantes, Cr\$ 523.240,00. Esta aplicação deverá dobrar a produção de milho e soja nas propriedades financiadas.

COOPERATIVA DINAMIZA AGRICULTURA DE CAMPOS NOVOS

Com um armazém graneleiro capaz de beneficiar 11 mil toneladas de cereais, a Cooperativa Regional Agropecuária de Campos Novos apresentou um lucro de 85 mil cruzeiros na comercialização de sua safra de trigo.

Apesar dos danos causados por geadas tardias, a Cooperativa beneficiou 54 mil sacos de trigo produzidos por seus 115 associados. Estima-se a presente safra de soja em 30 mil sacos e a safra de milho em 15 mil sacos de 60 quilos.

Organizada em novembro de 1970, a Cooperativa de Campos Novos conta com uma unidade de armazenagem e beneficiamento de cereais no valor de 550 mil cruzeiros, construída com financiamento do BRDE, recebendo orientação técnica do Serviço de Extensão Rural de Santa Catarina.

(ACARESC)

QUANTO RENDEU

Ao computarmos os 1 590 produtores com uma renda média anual de Cr\$ 13 000,00 teremos um valor total de vendas da ordem de Cr\$ 20 670 000,00.

Considerado um ICM de 15% sobre as vendas haverá uma arrecadação de Cr\$ 3 000 000,00, além dos juros bancários pagos que atingem a Cr\$ 748 367,00.

Podemos pois concluir que, prestar assistência técnica e financiamento aos produtores rurais será sempre um bom negócio para qualquer Governo.



Dentre as prioridades do Crédito Rural Orientado aplicado à suinocultura destacam-se: alimentação balanceada, instalações funcionais e reprodutores selecionados.

Cirne Lima estuda safras com secretários em São Paulo



o ministro Cirne Lima reuniu em São Paulo os onze secretários de Agricultura da região centro-sul, a fim de colher deles informes sobre as próximas safras e estudar medidas destinadas ao aumento das áreas cultivadas e da produtividade do solo.

O ministro Cirne Lima, que promoveu a reunião em São Paulo, disse que é necessário não apenas mantermos as grandes safras dos últimos anos, mas aumentá-las ainda mais, como meio de manter abundância de oferta e influir no equilíbrio e estabilização dos preços dos alimentos.

Participaram da reunião, realizada na Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, os ministros daquele Estado e do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais, Espírito Santo, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Guanábara e Estado do Rio.

Os secretários estiveram reunidos com o ministro Cirne Lima durante um dia inteiro, estudando medidas destinadas a aumentar as próximas safras agrícolas e resolver os problemas existentes no setor, em cada Estado da Região centro-sul do País.

A foto acima apresenta flagrantes da reunião dos secretários com o ministro.



Depois de fazer um diagnóstico profundo da realidade sócio-econômica do Estado, o planejamento que estabelece as diretrizes de ação para o Paraná fixou, como grandes objetivos a serem alcançados nos próximos anos, a *maximização da eficiência do sistema Governativo-iniciativa privada*, a integração política do Paraná no esforço de elevar o Brasil à condição de País desenvolvido, no prazo de uma geração, o crescimento da economia estadual compatível às taxas nacionais e a *consolidação do pólo agro-industrial do Paraná*.

Fixados estes objetivos, o documento determina a estratégia global que deverá orientar o desenvolvimento do Estado, bem como as diretrizes e instrumentos de ação do Governo em cada área de atuação. "A atuação do Governo buscará um constante e progressivo aumento de eficiência, visando a realizar suas tarefas próprias, bem como a estimular as iniciativas do Setor Privado que objetivam os mesmos fins de desenvolvimento. À iniciativa privada, aos empresários, trabalhadores e à comunidade paranaense em geral, cabe um papel importante na consecução dos objetivos definidos."

ESTRATÉGIA E DIRETRIZES

Uma vez que governar é adotar e indicar caminhos que conduzem ao aumento do bem-estar da população, o Governo fixa como diretrizes estratégicas básicas: ampliar os programas de fomento das atividades produtivas, concentrando recursos em atividades de alta ponderação e dinamismo: prosseguimento e ampliação dos programas de infra-estrutura

Govêrno do Paraná

econômica e social; obtenção de novos recursos de financiamento e redistribuição de encargos.

Para alcançar os objetivos a que se propõe, o Governo paranaense utilizará uma série de linhas de ação, como instrumentos necessários à sua política de desenvolvimento.

Genericamente as diretrizes e instrumentos de ação governamental estão enumeradas em quatro grandes grupos: Política Econômica (para os setores primário, secundário e terciário da economia); Política Institucional (para as áreas financeira, fiscal e administrativa); Política Social; e Política de Desenvolvimento Regional e Urbano.

SETOR PRIMÁRIO

Em síntese, para a realização de sua política econômica no setor primário, o Governo estadual concentrará seus esforços em apoiar um grupo de *produtos de alta ponderação na geração de renda*, especialmente o café, que apresentem condições de dinamismo, e incentivará a introdução e expansão de culturas que atendam a critérios de economicidade; nesse sentido, será estimulado um grupo de produtos objetivando a *diversificação da agropecuária*. Ênfase especial também será dada ao aperfeiçoamento da comercialização primária, com base nas definições do PND e nos programas do governo federal. Como instrumentos de política, o plano estabelece, entre outras medidas, as seguintes:

- ampliação da atuação em relação ao café, para permitir constante aperfeiçoamento da política do setor, através de amplo relacionamento entre as áreas federal, estadual e classes vinculadas à cafeicultura;
- o reforço e ampliação das atividades de fomento econômico;
- implantação de um sistema de pesquisa e experimentação agrícola — Instituto Agrônômico do Paraná;

Lança Plano de Desenvolvimento

- implantação do Corredor de Transportes para exportação;
- ação dos órgãos financeiros do Estado e estímulos fiscais e creditícios à iniciativa privada, visando à ampliação e modernização de estrutura de comercialização agrícola;
- desenvolvimento de programas de aperfeiçoamento da pecuária; e
- outras medidas.

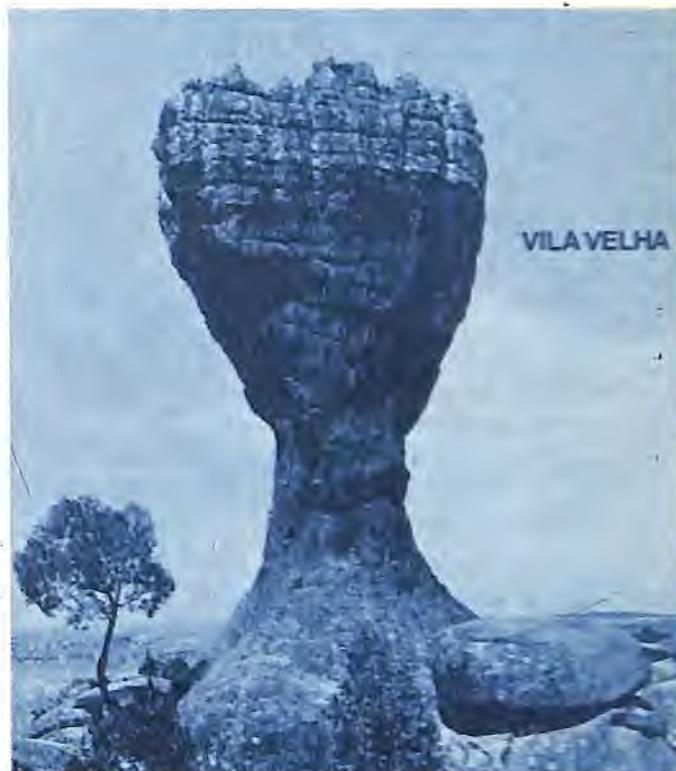
SETOR SECUNDÁRIO

A estratégia econômica do Estado, para o *setor industrial*, é orientada pela necessidade de aumentar a participação relativa na Renda Interna, o que se dará através da ampliação e modernização do parque industrial, de modo a oferecer resposta ao acréscimo de produção do setor agrícola, à ativação das vantagens existentes no Estado para diversos ramos industriais e a efetiva exploração dos recursos minerais. A consolidação do pólo agro-industrial é considerada de importância vital para aproveitar as vantagens comparativas oferecidas pelas condições favoráveis a alguns produtos e explorar as oportunidades existentes nos mercados interno e externo. Os instrumentos para isso serão de ordem financeira, fiscal, promocional e técnica.

SETOR TERCIÁRIO

O aperfeiçoamento do *sistema de comercialização*, inclusive com vistas aos mercados internacionais, é o ponto essencial da política preconizada para o setor terciário. Os instrumentos principais do Governo são os seguintes:

- atuação direta dos órgãos de administração voltados para a oferta de insumos e serviços de energia elétrica, telecomunicações, rede viária, portos, armazenagem, ensilagem, comercialização de produtos agrícolas;
- incentivos financeiros e fiscais ao aperfeiçoamento da estrutura de comercialização a cargo da iniciativa privada;



- criação de um órgão de promoção econômica encarregado da divulgação das oportunidades econômicas do Estado;
- dinamização dos programas de apoio às exportações paranaenses através do Centro de Comércio Exterior do Paraná; e
- dinamização do órgão de promoção turística do Governo do Estado, inclusive criando e divulgando oportunidades de retenção dos incentivos fiscais de turismo em empreendimentos no Estado.

POLÍTICA FISCAL

A melhoria dos índices da arrecadação estadual, o aprimoramento da legislação e do aparelho fisco-arrecadador, são objetivos fixa-

dos para a área fiscal pelo documento preliminar de planejamento do Governo do Paraná, "Diagnósticos e Diretrizes de Ação", em fase de apreciação e debate dos diferentes setores da comunidade estadual. Essa política fiscal prevê ainda a criação de oportunidades para que os incentivos oferecidos pelo Governo Federal aos contribuintes do Paraná possam ser localizados no Estado.

Pretende, desta forma, o Governo paranaense, superar os fatores econômico-financeiros que dificultam a execução orçamentária e constituem óbices ao desenvolvimento do Estado, bem como corrigir as deficiências ainda existentes na máquina fazendária. A atuação do Estado, reconhece o documento, está limitada na área fiscal pela legislação vigente, reduzindo as possibilidades de utilização da política como instrumento de incentivo ao setor privado. No entanto, "obedecidas as disposições legais e de acordo com as disponibilidades financeiras, *benefícios fiscais deverão apoiar as atividades produtivas*, sempre que a carga tributária possa representar fator condicionante ao rápido desenvolvimento de determinada atividade econômica julgada essencial ou prioritária".

OS INSTRUMENTOS

Para a concretização daqueles objetivos, foram estabelecidos os seguintes instrumentos:

- adoção de tratamento fiscal flexível em relação aos setores econômicos, com a fixação de normas específicas e temporárias para os produtos primários e um esquema global de favorecimento temporário ao setor industrial, dentro das limitações legais;
- modernização da ação fisco-arrecadadora e criação de um sistema de informações econômicas, financeiras e tributárias;
- integração com os órgãos fazendários federais visando a maior intercâmbio de informações e maior eficiência dos serviços de orientação e repressão a fraudes fiscais;
- reformulação estrutural dos órgãos fazendários, com a implantação de métodos e procedimentos administrativos modernos e elevação do nível de capacitação do pessoal;
- criação de mecanismos de benefícios fiscais para reinversão de poupanças no Estado;
- criação de facilidades para retenção no Estado dos incentivos fiscais resultantes das

deduções legais de Imposto de Renda por parte das pessoas físicas e jurídicas;

- criação de estímulos a municipalidades para a co-participação nos programas fiscais do Estado.

973 MILHÕES DE CRUZEIROS NA ELETRIFICAÇÃO

Um total de 973 milhões de cruzeiros será aplicado pelo Estado do Paraná nos seus programas de energia elétrica, no triênio 1972-1975.

Desse montante, 508 milhões serão investidos com recursos do Estado, enquanto que o restante representará aplicações das áreas federal, municipal e externa.

AS METAS DO SETOR

Dentro das metas setoriais do Governo paranaense a energia elétrica merece atenção especial. O plano estabelece que o governo desenvolverá suas atividades no sentido de:

- garantir adequada oferta de energia elétrica como fator de vital importância para a continuidade e a aceleração do processo de crescimento econômico do Estado;
- dar continuidade aos estudos e assegurar a concessão para a construção da Usina de Salto Santiago (680 mil kw na primeira etapa);
- intensificar a utilização dos sistemas de geração e transmissão de energia elétrica, através da ampliação do sistema de distribuição;
- incorporar 170.000 novos consumidores ao sistema de energia elétrica;
- *incrementar o consumo de energia nas áreas rurais através de programa de eletrificação, atingindo 6.500 propriedades rurais em 40 municípios, mediante programa de empresa estatal (Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL), além dos programas a serem desenvolvidos por outras concessionárias;*
- dar continuidade à concentração das concessões;
- colaborar para as modificações das estruturas empresariais e racionalização dos serviços prestados pelas várias empresas concessionárias, dentro do preconizado nas diretrizes do Governo Federal.

Nós produzimos e vendemos alimentos. E o fazemos com dedicação, creia. Sabendo que é com a sua vida que estamos lidando. Por isso, ao fazê-lo, não apenas embalamos alimentos. Cuidamos de sua pureza. Tratamos de enriquecê-los nutritivamente, e de torná-los mais práticos e gostosos. Em 50 anos de atividades no Brasil, êsse tem sido o nosso trabalho. E porque o fazemos com desvêlo, nós ajudamos a quem nos fornece as matérias-primas. Com assistência técnica, pesquisas, com a experiência que ao longo do tempo acumulamos. Também os médicos contam conosco, como nós com êles.



E os nutricionistas.

E os pecuaristas, os fabricantes de caixas, de rótulos, de uma série de coisas que compramos. Em resumo: somos uma ponte entre os bens da natureza e você, entre os bens da ciência e você.

Nossa razão de ser continua sendo, em primeiro lugar, a criança: criar produtos que salvaguardem as vidas humanas mais frágeis. Mas nossa atividade se estende hoje a muitos outros setores da alimentação. Por isso estamos presentes, como sempre estaremos, nos lares brasileiros. Com um objetivo que nos parece claro: elevar os padrões alimentares de todo um povo.

50 anos de trabalho por uma alimentação melhor



Companhia Industrial e Comercial
Brasileira de Produtos Alimentares.

PRODUTOS **NESTLÉ**

